

ESPECIAL

Um século de lutas pela abolição dos preconceitos

pág. 8 a 12

O pacote da
direita vem aí

pág. 2

Com 4 ou com 5,
Sarney não dá

pág. 3

Jagunços atacam
nosso candidato

última página



CONSTITUIÇÃO

O que a bancada fará com ela?

pág. 4

Sem dar muitas explicações, a direita completa seu plano econômico.

As várias faces do pacotão ortodoxo

Com o apoio da maioria dos empresários e a intransigente tutela dos militares, o Governo Sarney vai cortando fundo pelo lado mais fraco

Engana-se redondamente quem acredita que o atual governo esteja à deriva, sem rumo diante da crise. Por trás das hesitações e aparente caos, já há um projeto bem definidinho: um projeto conservador, antipopular, com a adesão de boa parte dos empresários e com a firme e intransigente tutela dos militares. Está cristalizada no governo a idéia de que os ajustes a serem feitos não mais dependerão de negociações, impondo perdas aos assalariados e setores sem força política.

Em que consiste esse ajuste conservador:

1) Corte de gastos públicos - o governo vai cortando seus gastos pelo lado mais fraco. Primeiro congeia o reajuste dos funcionários públicos e das estatais, deixando de aplicar as URPs. Com isso, o funcionalismo perde 35% de seu poder aquisitivo em dois meses.

Depois corta integralmente o subsídio do trigo, deflagrando, de imediato, um aumento de 40% a 60% nos derivados. Prevê-se, ainda, uma série de cortes nos vários ministérios, atingindo especialmente projetos sociais. Note a subversão social e o terrorismo econômico das autoridades: o arrocho salarial do funcionalismo vai economizar apenas 0,8% do PIB. A retirada do subsídio do trigo, uma economia de 0,2%. Em contrapartida, não há até agora notícias de cortes nos programas de interesse político do próprio presidente Sarney (Ferrovia

Norte-Sul), subsídio aos fabricantes de navios, exportadores, amigos do presidente (dinheiro fácil para a Sharp, Transbrasil, etc).

2) Política monetária ortodoxa - tanto a política de exportações, quanto a irresponsável estratégia de conversão da dívida externa e os gastos inconsequentes do governo tem resultado em fantástica emissão de moeda. O que, se não provoca diretamente, pelo menos reforça a tendência inflacionária.

Pois, com tanto dinheiro nas mãos da burguesia, logo logo vai começar uma corrida dos ricos pela compra de imóveis, bens e uma infinidade de produtos, encarecendo explosivamente as mercadorias. As autoridades, então, pretendem recolher boa parte desse dinheiro aos seus cofres, dando em troca aos investidores juros mais altos. O governo está lançando OTNs muito bem remuneradas que, no final, vão provocar aumento ainda maior de déficit público e, do ponto de vista dos consumidores, aumento ainda maior dos juros. Observe que o sacrifício imposto aos assalariados do setor público vai ser em vão, pois o que o governo economiza de um lado, tirando dos pobres, gasta de outro, alimentando os ricos através da especulação financeira.

3) Concessões na questão externa - tanto o corte nos gastos públicos, com arrocho salarial, quanto a política monetária ortodoxa fazem parte, na verdade, do

compromisso assumido pela atual equipe econômica com os bancos internacionais. Os credores querem uma política econômica que lhes assegure a transferência de 12 bilhões de dólares ao ano a título de juros. Para isso, é preciso cortar o consumo interno e os custos de produção para que as empresas exportadoras consigam colocar mercado externo a baixo preço. Com isso, o país gera os dólares exigidos pelos banqueiros. No caso das empresas estatais, os credores querem que elas gastem o mínimo com funcionários e façam o mínimo de despesas para sobrar o suficiente para o pagamento das dívidas. Cerca de 80% da dívida externa ficam por conta do governo e boa parte desse percentual provém das estatais.

Essa obsessão pelo equilíbrio dos gastos públicos ainda tem mais um fator, menos evidente: os credores querem evitar que o Estado, com seus investimentos, alavanque a demanda interna, instaurando um processo de crescimento que independa do setor externo.

Os assalariados do setor privado que se cuidem: essa lógica implica quase que inevitavelmente numa ofensiva oficial contra o pagamento das URPs também para eles. E não se esqueçam: os militares querem revanchismo. Se cortaram seus reajustes é porque prometeram cortar o do resto do povo. ■

Sergio Sister

Recorde Sinistro

As estatísticas falham mas não enganam: morre-se mais trabalhando do que em acidentes de trânsito. A cada dia morrem, em média, 13 pessoas em empresas brasileiras. Ao final de um ano entre 25 e 30 mil pessoas ficam impossibilitadas de voltar ao trabalho depois de um acidente e cerca de 300 mil deles são amputados.

Apesar de não haver qualquer tipo de punição para as empresas, a maior parte delas recusa-se a admitir suas condições de trabalho pouco seguras.

Pretendendo atacar esta calamidade, a deputada pelegrina Clara Ant apresentou à Assembleia Legislativa de São Paulo um projeto de lei que inviabiliza contratos do Estado com empresas que não estejam cumprindo à risca as normas de saúde e segurança. Um detalhe: os sindicatos participarão da fiscalização do cumprimento dessas normas. O projeto já passou pela Comissão de Constituição e Justiça, está tramitando na Comissão de Relações do Trabalho e em breve irá para plenário. Certamente seu destino será diferente ao do projeto apresentado à Câmara Federal, em 1979, pelo então deputado Benjamin Farah, que previa mudanças na CLT, portanto, em nível nacional. O projeto foi aprovado pela Câmara mas há mais de 10 anos espera votação no Senado.

Até quando a falta de instrumentos legais de punição aos que, por ação ou omissão, contribuem para a morte e mutilação de milhares de trabalhadores continuará garantindo estes vergonhosos recordes?

* A Comissão de Relações do Trabalho, que tem Clara Ant como presidente, realizou um vídeo com a súmula do Tribunal Maria Teixeira. Os companheiros que, inseridos nessa luta, estejam interessados em adquirir uma cópia devem entrar em contato com o gabinete da deputada.

Paraíso dos lucros

Meio século após sua criação, em 1938, o salário-mínimo, que por lei deveria ser o suficiente para sustentar o trabalhador e sua família, não dá nem para satisfazer as necessidades básicas de um único trabalhador. Com o último reajuste, o salário-mínimo de maio chegou a Cr\$ 8.712,00, quando deveria ser de pelo menos Cr\$ 46.211,34, segundo os cálculos do Dieese.

Com um dos menores salários-mínimos do mundo (cerca de 60 dólares), o Brasil é, no entanto, um dos países onde as empresas mais lucram. Um estudo recente do economista João Furtado, professor da Unesp, revela dados surpreendentes, publi-

cados pela revista *Senhor* (7-3-88). O trabalho de Furtado, que pesquisou 40 países de todos os continentes, mostra que o Brasil está na lanterna dos salários e é quase o primeiro na coluna dos lucros. No Brasil, os salários representam apenas 17% do produto industrial - menos da metade da média geral dos 40 países (42%) e bem abaixo da média da América Latina (27%).

Salários mais baixos e lucros mais altos, na média, devem-se, segundo as explicações de João Furtado, ao controle que os oligopólios exercem sobre boa parte da economia brasileira. E ainda querem arrochar mais.

“Tudo pelo social”

O subsídio à produção de trigo, que o governo Sarney extinguiu oficialmente dia 25 de abril, na prática foi repassado ao consumidor de pão, massas, biscoitos e outros derivados. É que, ao comprar do produtor a um preço acima do que pagaria no mercado internacional, o governo acaba arrancando a diferença do bolso da gente, a pretexto de reduzir o déficit público.

Com os 10 bilhões de dólares que o subsídio consumiu desde sua criação em 1973 daria, por exemplo, para levar água encanada a 40 milhões de brasileiros, esgotando para 8 milhões de famílias ou

500 mil salas de aula, calcula o *Jornal do Brasil*. O dinheiro, porém, serviu para engordar muitos que mamam nas tetas do governo e combatem a “estatização”.

Enquanto os trabalhadores arcaram com um aumento do preço do pão superior a 800% em um ano, os grandes fabricantes de alumínio, que pagam mais barato pela energia consumida em suas indústrias, abocanham quase 3 bilhões de dólares nos últimos dois anos por conta dos subsídios à exportação ainda em vigor.

Governo Sarney, tudo pelo social.

Mandato Presidencial: a crise aberta no final do governo Figueiredo ainda permanece sem solução.

Com 4 ou com 5, Sarney não dá

Se passarem os cinco anos, vamos ter em dose maior o que a "Nova República" vem administrando ao país há mais tempo: arrocho salarial, desemprego e repressão.

De quebra, submissão descarada ao FMI

Mais uma vez o país acompanhará, interessado, uma votação sobre a sucessão presidencial. Vai se decidir especificamente a duração do mandato de Sarney.

A repetição dessas votações é uma prova de que a crise política aberta no final do governo Figueiredo permanece sem solução. Indica também que o movimento de oposição, popular, democrático, dos trabalhadores, não conseguiu trazer a disputa para outro cenário, mais favorável à sua participação e influência.

Em 1984 o movimento pelas diretas já retirou dos militares a possibilidade de escolher o sucessor de João Figueiredo. Mas a derrota da emenda Dante de Oliveira evitou o recurso à arbitragem das ruas, num pleito presidencial direto, no qual os candidatos - mesmo os burgueses - são obrigados a assumir certos compromissos com as massas.

A liderança do PMDB, dirigindo a mobilização de milhões de pessoas, cercou o bunker do poder militar. Mas não exigiu a capitulação do inimigo. Usou a força acumulada para compor-se com ele, resultando disso a chapa Tancredo Neves-José Sarney, a aceitação do Colégio Eleitoral, os acordos visando renovar a face do poder limitando ao máximo as mudanças de fundo.

A vontade popular de mudar preferiu acreditar nas promessas. A lúcida e profética postura do PT ficou transitoriamente isolada.

Não bastasse ter nascido em São João del Rei, o "candidato único das oposições" chegou a ser aclamado aos gritos de "ei, ei, ei, Tancredo é nosso rei". Compreende-se a comoção nacional diante de sua morte, alimentada por uma co-

bertura mórbida da Rede Globo, de nítidos fins legitimatórios. De Tancredo pode-se dizer que, morto antes da posse, livrou-se de inevitável desgaste.

Rei morto, rei posto. O maranhense tratou de cumprir à risca o essencial dos compromissos do falecido, sobretudo os ocultos, os assumidos com os donos do poder, que não desceram ao túmulo com o mito e permanecem vivos, nos perturbando. Embora secundário, é justo assinalar a mediocridade do rei posto.

Ao votar um mandato de quatro anos para os presidentes, por maioria de apenas um voto, os 93 integrantes da Comissão de Sistematização reacenderam as esperanças de nos livrarmos a prazo razoável do substituto. Abriram a esperança de diretas em 88. Desta vez a liderança do PMDB, partido que detinha a maioria absoluta na Constituinte, não mobilizava mais milhões para coisa alguma (nem queria), mas tinha o apoio inegável da maioria dos brasileiros para fazer o que deixara de fazer em 1984.

A votação do último 22 de março mostrou que sua opção pelo conchavo, a fuga às eleições, não tinha sido um episódio isolado, mas o resultado de uma - digamos assim - madura avaliação do que realmente interessa aos "de cima". O viés particularista, de políticos profissionais interessados nas prebendas do poder e dependentes de votos, levou-os a conceber a velha idéia parlamentarista como tapume capaz de esconder o abandono de tantas posições, proclamadas em passado tão recente.

Contra os cinco anos, com ou sem parlamentarismo, o PT só podia votar como votou. O resultado mostrou que, de recuo em re-



cuo, o componente peemedebista da defunta mas inseparável "aliança democrática" não ditava mais as regras dos conchavos. Derrotados, os ulyssistas, como sabemos, enfiam o rabinho entre as pernas e permaneceram no ministério.

O bravo Raimundo Faria consagrou a expressão **donos do poder**, de notável potencial descriptivo de nossa realidade. Recordando esses termos, às vésperas da quinta votação em cinco anos sobre sucessão presidencial, atentemos para duas verdades: essa mistura de oligarcas rurais, burgueses "associados" e "nacionais", elites militares e civis, que tomou o poder em 1964, permanece nele. Sem liquidar o poder dessa gente não haverá forma de satisfazer as necessidades, as aspirações dos trabalhadores e da maioria do povo.

Mesmo a grande impren-



sa e as redes de televisão, controladas pelas classes dominantes, nos dão exemplos diários da forma e do conteúdo do modo como essa gente manda. Ilustrativa da forma foi a censura imposta à participação de um dissidente da oligarquia, o governador de Alagoas, Collor de Melo, no programa do Partido da Juventude. Quem age assim com os seus, não hesita em lançar contra os trabalhadores tropas, ordens de demissão em massa, jagunços para executar assassinatos, como ocorre no campo.

O conteúdo das ações dos donos do poder sentimos todos, no bolso e no estômago. Nos ameaçam com o risco da anomia (o desrespeito às normas elementares da vida em sociedade), com o caos, a hiperinflação, para nos impor o "ajuste indispensável à modernização de nossa economia e à nor-

malização das nossas relações com a comunidade financeira internacional". Essa longa frase entre aspas significa, apenas, submissão à política do Fundo Monetário Internacional, agora descarada, pública. E nos traz arrocho salarial, desemprego, miséria e repressão. É o que temos tido e teremos em maior dose, se passarem os cinco anos.

A força e as manobras dos donos do poder só podem ser vencidas com a inteligência e a força dos "de baixo". Só um movimento sindical forte, coeso, orientado por um programa claro, atuando lado a lado com um movimento popular massivo, ambos com corretas relações com um partido como o PT que estamos construindo - de classe e de massas, de luta, democrático e socialista - podem constituir o cerne de uma força capaz de se contrapor com êxito aos "de cima".

A força e a influência de nosso partido e de um movimento social com aquelas características serão maiores se pusermos a serviço de nossa luta **partes do aparelho de Estado que podemos e devemos ocupar**. Trata-se de prefeituras, de câmaras de vereadores, especialmente dos municípios de forte concentração de trabalhadores.

Ninguém pode ser indiferente ao resultado dessa quinta votação sucessória. Devemos lutar energeticamente pelos quatro anos. Mas, qualquer que seja o resultado, só o cumprimento dessas tarefas - fortalecer o movimento social e o PT, disputar para valer as eleições municipais - permitirá que acumulemos força para a campanha do Lula e para tirar as elites do poder.

David Capistrano Filho

A armadilha da nova Constituição

As últimas votações no Congresso Constituinte reafirmaram a necessidade de redobrar a pressão e a mobilização populares. Mostraram, também, que o PT precisa aprofundar o debate sobre o posicionamento de nossa Bancada diante da nova Constituição a ser promulgada. Com este artigo, o BN dá uma contribuição para as discussões nos Estados.

Desde que o PT empuhou, em 1985, a bandeira da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte soberana, democrática, precedida da revogação de todas as leis autoritárias, exclusiva e unicameral, todos nós a considerávamos uma proposta tática, ditada pelas necessidades de mobilização popular na conjuntura e vinculada a uma estratégia mais geral de acúmulo de forças. É preciso reconhecer, porém, que, desde aquela época até hoje, o nível de discussão no partido, o acúmulo da reflexão coletiva sobre o processo constituinte, as inflexões na tática e a própria política de alianças desenvolvida no interior do Congresso Constituinte nem sempre envolveram o conjunto dos militantes. Estes, por sua vez, em virtude do próprio ativismo e do excesso de tarefas, sequer chegaram a discutir razoavelmente o projeto de Constituição que o PT apresentou na abertura dos trabalhos constituintes. Mas também é verdade que pelo menos nos sucessivos encontros que o Partido realizou no período, definiram-se posições claras para balizar nossa atuação, seja no plano das lutas sociais, seja no campo da atuação parlamentar, ou na articulação entre os dois níveis.

Assim é que o 4.º Encontro, mesmo prevendo que a Convocação do Congresso Constituinte — versão conservadora da Aliança Democrática para substituir uma assembleia soberana — abria grandes chances para a vitória da burguesia e das forças políticas conservadoras, assinalava a importância da participação no jogo. Primeiro, porque se trata, para os trabalhadores e seus aliados, de deslegitimar o projeto de hegemonia burguesa levado a cabo pela Aliança Democrática; segundo, e ao mesmo tempo, porque é importante fazer avançar a luta por uma conceção alternativa de organização da sociedade, na qual os trabalhadores exprimam seus interesses e mantenham sua independência de classe no processo de transição.

Com mobilização e com luta

deveríamos marcar nossa presença na Constituinte (“através da bancada mais forte que possamos eleger”), orientando-a em duas direções: a da exigência de uma democratização radical da sociedade e do Estado e a do esforço para quebrar a supremacia da propriedade privada e do capital na Constituição, assegurando os direitos fundamentais dos trabalhadores. Além disso, ressaltávamos que, embora a questão do socialismo, como alternativa imediata de poder, não estivesse na ordem do dia, era preciso estabelecer uma relação clara entre a luta que travaríamos antes, durante e depois da Constituinte com a construção de uma nova sociedade.

Os dois desvios

Imprimindo à nossa participação este espírito de luta — que tem nos movimentos sociais e na pressão popular a possibilidade de provocar transformações concretas —, o 4.º Encontro, finalmente, combatia, a um só tempo, duas concepções equivocadas a respeito da Constituinte. Uma, “constitucionalista”, que supõe ser possível alcançar na Constituinte, sob hegemonia burguesa, a conquista das mudanças necessárias. A outra, “doutrinária”, que não vê papel algum na Constituinte, cabendo-nos apenas denunciá-la. O primeiro desvio cria ilusões nas massas, desmobiliza-as e impede a transformação da Constituinte numa arena para a disputa política. Já o doutrinário, além de não entender a importância de obter conquistas parciais na Constituinte, nos coloca num beco sem saída, até porque nos impede de explicar ao povo porque, afinal, se a Constituinte nada resolve, vamos participar dela.

Combaté implacável ao governo da Aliança Democrática, à política econômica de arrocho e de submissão ao FMI, empenho para eleger uma bancada coesa e numerosa, apoio às emendas populares e ao Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, como um

espaço para a construção de um forte arco de alianças, construindo o PT no movimento sindical e popular em luta — eis por onde caminhava o Partido na busca de uma mudança de correlação de forças na Constituinte, em particular, e no país em geral naquele período.

O 5.º Encontro Nacional, ao definir orientações claras para a militância em várias frentes, inclusive no campo da luta institucional e parlamentar, não só manteve sintonia com as posições adotadas no 4.º Encontro, como avançou mais: antecipou, com razoável precisão, as linhas gerais de uma Constituição que consagraria um modelo político institucional elítista, tutelado pelas Forças Armadas e uma ordem econômica e social mantenedora dos privilégios da grande propriedade, do capital estrangeiro e dos bancos, ou seja, da economia dos monopólios. Esta avaliação — que as últimas votações na Constituinte infelizmente ratificam — decorria não só da presença maciça de uma maioria conservadora no Congresso Constituinte, mas da própria ofensiva do “Centrão”, da UDR e dos diferentes lobbies empresariais. Todos eles manobravam para sepultar qualquer possibilidade de inscrever conquistas dos trabalhadores — ainda que restritas — no texto da nova Constituição.

“Levar chumbo”

Não vamos ignorar, por conveniência ou oportunismo, que o PT, desde o início da atuação da Bancada, ressaltou a ilegitimidade do Congresso Constituinte, que abriu mão de sua soberania ao curvar-se ao Planalto, ao adotar procedimentos antidemocráticos e causos regimentais por pressão da própria Mesa e ao desprezar praticamente em bloco as emendas populares. Tudo isso foi denunciado pelo PT e nada disso nos levou a desertar da luta parlamentar. Mais ainda: os aspectos fundamentais da nova Constituição — o esqueleto mais reacionário da ordem burguesa — foram condenados de público pelo PT, que

opõe a eles uma alternativa de sociedade socialista. O sistema eleitoral que distorce a representação, o papel tutelar dos militares, o prevalecimento da propriedade privada, a manutenção dos privilégios do latifúndio, o autoritarismo explícito nas medidas de segurança e defesa do Estado, nada disso passou sem “levar chumbo” de nossos parlamentares e sem que o PT tentasse barrar e denunciar publicamente.

De outra parte, todos os artigos que representam reivindicações da maioria da população trazem a marca do PT e refletem a luta de 16 parlamentares comprometidos com os trabalhadores e o povo. Por isso tudo, ninguém melhor que o PT pode renegar a Constituição já negada por nós todos no momento em que ela nasceu, como uma prova a mais, se necessário fosse, de que não aceitamos a hegemonia burguesa nem sua organização social, econômica e jurídico-política. Esta posição de denúncia, coerente com as resoluções do 4.º e 5.º Encontro e com a política seguida pelo partido no último período, deve se transformar em um instrumento de agitação de nossos pontos de vista perante a maioria da população.

Ação de massas

De que forma fazê-lo? Como se materializará nossa posição? Antes de mais nada, é preciso ter a noção correta do momento mais propício para fazê-lo, que certamente não é agora. Ademais, é preciso não precipitar atitudes isoladas, não esgotar recursos de mobilização. A busca de aliados nos partidos, nas entidades, como a OAB, a CNBB, a CUT, o Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, entre outras forças, não condiciona nossa posição de denúncia da Constituição. Porém, não há dúvida que um pronunciamento com tais dimensões alcançaria maior repercussão.

Trata-se, igualmente, de prever os passos que se seguem à promulgação da nova Constituição: o que cabe tentar con-

quistar na luta para inscrever na lei ordinária, o que é necessário fazer valer no concreto daquilo que está escrito no papel? Como articular nosso protesto na Constituinte com a ação parlamentar do PT e nossa luta nos movimentos sociais?

Comprindo este roteiro e atentando sempre para a correlação de forças (que abrange a força do inimigo, mas também a disposição dos aliados, e o nível de consciência e organização da nossa base social e política), os deputados do PT, através da liderança — e individualmente —, devem fazer um pronunciamento público de denúncia da nova Constituição, no qual prestaremos conta de nossa luta na Constituinte, reafirmaremos nosso compromisso com o projeto de Constituição do PT e apresentaremos nossa proposta de uma alternativa democrática e popular para a sociedade, em contraposição à ordem burguesa que a Constituição de 1988 pretende institucionalizar no Brasil.

Sem surpresas

O quadro, contudo, inclui também contradições entre a própria burguesia, resultantes da impossibilidade de afirmar-se um projeto hegemônico para a classe decorrente da indefinição quanto às saídas para a crise. Tudo isso convergiu para a falta de consenso sobre a duração do mandato de Sarney. Daí que, embora nunca tenha alimentado ilusões a respeito dos resultados legislativos da Constituinte, o PT, ao definir suas três atividades centrais para o momento atual, paralelamente à campanha do companheiro Lula à Presidência da República, convocou as forças democráticas, progressistas e socialistas para “assegurar” as conquistas dos trabalhadores na Constituinte.

A tarefa é espinhosa, nessa hora em que a desorientação e o desânimo tomam conta de vastos setores da população, que passaram a descrever, ainda que momentaneamente, das lutas sociais e da atividade política organizada como instrumentos para viver uma vida



melhor. Mas a proliferação de greves, mobilizações populares, ocupações de terras, protestos recentes indicam o caminho para avançar - embora muitas vezes os militantes encontram dificuldades ao tentarem a necessária generalização e politização destas lutas. Este é o sentido para a atuação neste último estágio do Congresso Constituinte, que deve ser submetido a uma intensa campanha de pressão popular, na tentativa de ainda arrancar direitos e de submeter o texto aprovado a referendo popular.

As greves e manifestações contra o arrocho salarial e as demissões, os movimentos de luta pela terra, os comícios por eleições diretas ainda em 1988, enfim, todas as formas de protestos contra o governo e seus apoiadores deve confluir para abreviar o mandato de Sarney e para resguardar conquistas dos trabalhadores na nova Constituição.

Taticamente, portanto, o momento é de reforçar o assédio nestas últimas votações do Congresso Constituinte, e de reavaliar nossa atuação com vistas às votações do segundo turno, é de tentar, se for o caso, submeter a nova Constituição a plebiscito no todo ou em pontos essenciais. A mobilização exigida para dar cumprimento a estas tarefas, longe de impedir o debate, obriga-nos a fazê-lo com profundidade e de forma organizada no Partido. Só assim será possível fugir de mais uma discussão maniqueia que favorece o internismo. Só assim será possível renegar de forma consequente a Constituição reacionária que a maioria burguesa na Constituinte tenta nos impingir.

Desde logo, é forçoso lembrar que não cabe ficar perplexo com o teor do que vem sendo aprovado. Afinal, todas as nossas avaliações acenavam

com possibilidades reduzidas de virem a prevalecer propostas do PT no plenário. Se surpreesa cabe é mais na linha do que a direita não conseguiu aprovar. Constatar esta realidade - que precisa ser detalhada para o Partido pela nossa Bancada - não significa cair numa avaliação do tipo "débito e crédito", dos aspectos positivos e negativos, de comparações mecânicas e fora do contexto com a Constituição de 1946. Trata-se, simplesmente, de reconhecer uma correlação de forças presente desde o momento da instalação da Constituinte, que quase nunca conseguimos deslocar, mas que permanentemente afrontamos desde a sessão inaugural.

Protesto isolado

Deveremos reconhecer que, apesar da correta atuação de nossa Bancada, de sua capacidade de conservar alianças sem se diluir (embora em alguns episódios não tenha conseguido se diferenciar e assumisse posições contraditórias que merecem discussão específica em outra ocasião), a indispensável pressão popular não foi suficiente ou capaz de se contrapor aos poderosos grupos conservadores. Quando ela ocorreu no momento exato e com a força requerida, foi eficaz, quebrando temporariamente a supremacia da maioria parlamentar. Basta lembrar os cartazes da CUT que, independentemente de algumas incorreções de nomes, foram instrumentos importantes para a desarticulação momentânea do "Centrão" e para o desmascaramento do multipresidente Ulysses Guimarães.

Temos sido incapazes, ainda, de garantir no plano da vida real conquistas parciais inscritas no texto provisório da Constituição, como o direito de licença de 120 dias para as

gestantes. O simples enunciado legal da garantia tem precipitado demissões em massa em fábricas onde é numerosa a força de trabalho feminina, do mesmo modo que crescem as restrições à admissão de mulheres casadas nas empresas. Quase o mesmo pode ser dito do processo inflacionário, da rotatividade no emprego e do arrocho salarial - mecanismos rotineiros do capitalismo brasileiro para anular conquistas econômicas dos trabalhadores. Acionados pela classe dominante como represália a direitos econômicos inscritos na Constituição, e sem uma reação eficaz do PT e dos trabalhadores, estes instrumentos de espoliação podem consumir os ganhos materiais que decorreriam da aplicação da nova lei. De todo modo, o risco da anulação não desqualifica nenhuma conquista; ao contrário, lança o desafio de luta para preservá-las e ampliá-las.

Mais grave é que o PT, mesmo tendo consciência do que ocorre no Parlamento, não tem conseguido levar este debate - e daí tirar diretrizes para a ação - no movimento sindical e popular. Não se pode ignorar, também, que para uma ampla parcela da população, os ganhos imediatos potenciais, não se afiguram desprezíveis. Da mesma maneira, direitos do tipo *habeas data*, mandado de segurança coletivo ou as mudanças no direito de greve, se não ofusciam o sentido global da nova Constituição, que consagra em seu texto os valores da burguesia, não podem ser jogados na vala comum na hora da denúncia da carta constitucional.

É preciso estabelecer uma relação correta com o movimento nesta fase da Constituinte, se quisermos que nossa denúncia da nova Constituição de sencadeie um processo de mobilização, de continuidade da luta, e não se converta num protesto isolado. Nesse sentido, é preciso, antes de tudo, resgatar o papel do PT e de nossa Bancada na Constituinte. Esclarecer quais eram nossos objetivos, afirmar o que conquistamos, relembrar que somos o único partido a apresentar um projeto completo de Constituição.

Rui Falcão

(*). São estas as atividades centrais: a organização do PT como força política socialista, independente e de massas; a construção da CUT, através de um movimento sindical classista, de massas e combativo, e a organização do movimento popular independente; e a ocupação dos espaços institucionais nas eleições.

LULA-PRESIDENTE

Força nos Estados



Embora em compasso de espera, a candidatura Lula vem contribuindo para a mobilização em torno das diretas ainda em 1988 e vai se firmando como uma referência importante de polarização do descontentamento popular que tende a desaguar, em boa parte, nas eleições deste ano.

Evidentemente, a participação intensa do companheiro Lula nos trabalhos da Constituinte não tem permitido empregar seu grande poder mobilizador nas portas de fábricas, nos bairros e em todos os locais onde é possível um contato mais direto com a população trabalhadora. Isso não impede, porém, que a propaganda da candidatura Lula e do programa alternativo de governo do PT seja realizada com sucesso pela militância petista.

Nesse sentido, é importante aproveitar as campanhas municipais para divulgar a campanha Lula-Presidente e ligar o trabalho eleitoral às lutas sociais e à mobilização sindical e popular. A coordenação da campanha presidencial está preparando um *kit* de campanha, ou seja, um conjunto de materiais versáteis (cartazes etc) que podem ajudar a propaganda eleitoral e política combinada, presidencial e municipal. Em contrapartida, é vital que os comitês de campanha enviem para a Coordenação Nacional da Campanha Presidencial exemplares de todo o material publicado.

Por outro lado, já é momento de organizar a campanha nos diversos Estados no intuito de articulá-la com as campanhas municipais e de preparar melhor o projeto de viagem do Lula pelo Brasil. Não é possível realizar essa articulação entre a coordenação nacional e os estados e municípios sem contar com companheiros destacados pelos diretórios regionais para coordenar a campanha presidencial a nível estadual.

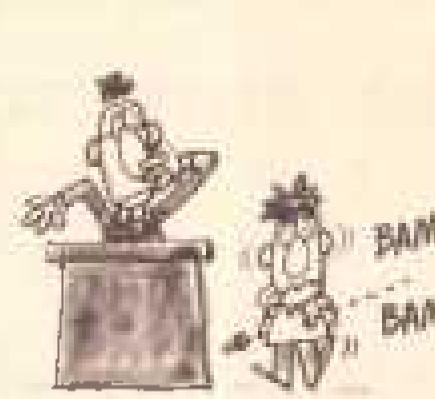
A viagem do candidato do PT pelo Brasil, prevista para logo após o término da Constituinte, não é um simples projeto de viagem propagandística ou agitativa. Através

dele pretendemos fazer com que Lula e a coordenação da campanha tenham um retrato fiel da situação e da potencialidade do PT nos estados e nos municípios mais importantes, uma visão abrangente dos problemas, dificuldades, aspirações e reivindicações dos diversos segmentos sociais desses Estados e municípios possam tomar medidas concretas de articulação da campanha presidencial com as campanhas municipais de 1988.

Mas não é só ai que reside a necessidade imperiosa de haver coordenações estaduais responsáveis pela campanha Lula-Presidente. Em cada Estado é necessário, desde já, realizar contatos com diferentes segmentos sociais e profissionais (sindicalistas, intelectuais, artistas, pequenos empresários etc) para debater a candidatura Lula e levantar o tipo de apoio que cada um deles pode proporcionar à campanha presidencial do PT, inclusive no processo de debate e elaboração final do programa alternativo de governo.

Além disso, não menos importante é a atividade a ser realizada em cada Estado visando mobilizar a militância, levantar recursos e preparar todas as condições necessárias para realizar uma campanha de massas que possa capitalizar para a candidatura do PT todo o descontentamento existente hoje na sociedade brasileira, devolvendo-lhe a esperança perdida num país e numa vida melhor.

Wladimir Pomar



Cadeia só para um assassino de Josimo

Mandantes ainda à solta

No último dia 19 de abril, na cidade de Imperatriz, Maranhão, realizou-se o julgamento do pistoleiro Geraldo Rodrigues da Costa, que, por 56 mil cruzados, assassinou, em 10 de maio de 1986, por volta das 12:30h, o Pe. Josimo Moraes Tavares, pelas costas, quando este subia a escadaria que leva ao escritório da Comissão Pastoral da Terra.

Ao final de quase 20 horas de sessão, o Tribunal do Júri pronunciou seu veredito: o réu era culpado e deveria ser condenado. Por unanimidade, os jurados decidiram ser ele o autor dos disparos, ter sido o crime cometido por motivo torpe e mediante paga ou recompensa e, finalmente, ter sido feito à traição, fator que impossibilitou qualquer esboço de defesa da vítima.

Ao Juiz Presidente do Tribunal do Júri, Dr. Raymundo Liciano de Carvalho, coube calcular o total da pena: 18 anos e meio de reclusão, em regime fechado.

Estava aí mais que uma vitória judicial, uma vitória política dos defensores da Reforma Agrária contra os latifundiários, o Governo e a UDR. Mas essa vitória sómente será completa quando os mandantes também se sentarem no banco dos réus. Quando forem julgados e condenados. Os mandantes estão foragidos, embora toda a Justiça e a Polícia saibam onde eles se encontram. A imprensa os tem, até, entrevistado. São eles: o vereador pelo PMDB na cidade de Augustinópolis,

O pistoleiro já "abriu o bico". A imprensa os têm entrevistado. Toda a Polícia sabe onde eles se encontram. Que mistério faz com que continuem "foragidos"?

lis, Osmar Teodoro da Silva, vulgo "Neném", e seu irmão, João Teodoro da Silva; o fazendeiro Geraldo Paulo Vieira, vulgo "Nô", e seu filho Adailson; Wilson Nunes Cardoso e um indivíduo conhecido apenas por Deca. Osmar Teodoro da Silva e Wilson Nunes Cardoso já têm suas prisões preventivas decretadas.

Mas o caso do Pe. Josimo ainda se encontra envolvido em algum mistério. O pistoleiro Geraldo Rodrigues da Costa somente foi preso porque comunicou-se com um oficial de Justiça do Fórum de Imperatriz, onde se realizou o Júri, a fim de saber como estavam andando as investigações policiais sobre o assassinato do Padre. Ocorre que o telefone estava sob censura e isso permitiu localizar de onde o pistoleiro havia efetuado a chamada. Por isso foi preso. Mas, o Oficial de Justiça sumiu. E nunca foi interrogado sobre os fatos.

Por outro lado, o pistoleiro "põe a boca no mundo", confessando a autoria do delito porque os mandantes não pagaram o preço ajustado. Ele alega que sómente recebeu do total a importância de Cr\$ 6.300,00. Isso desmoraliza os mandantes perante o sindicato do crime. Contrataram e não pagaram o preço ajustado. E desobriga o pistoleiro de manter segredo sobre a identificação dos mandantes.

serviço, o contratado ter a garantia do resarcimento pelo contratante.

Como se vê, o julgamento do assassino do Pe. Josimo produziu profundos reflexos no sindicato do crime (pistoleiros) e no sindicato dos mandantes (UDR e latifúndio). O julgamento dos mandantes vai aprofundar ainda mais o racha existente. Conclusão: pela primeira vez existem circunstâncias que indicam a quebra da unidade das forças do latifúndio no tocante à política de extermínio de padres e posseiros.

Luis Eduardo Greenhalgh

Em Sergipe, UDR

Pistoleiros e grileiros se juntam para assassinar e intimidar os sem terra. Há 16 áreas de conflito no Estado, contidos pela pressão dos latifundiários, políticos locais e juízes.

Aumenta a cada ano o número de vítimas dos latifundiários e seus capangas na luta desigual e violenta entre o campesinato pobre e a burguesia agrária. O Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário - Mirad, já identificou mais de dois mil pontos de conflitos de terra espalhados em diferentes partes do território nacio-



A violência no campo: nunca houve tantos assassinatos como em 87

Tensão aumenta a cada ano

Relatório da Comissão Pastoral da Terra (CPT) mostra a evolução dos conflitos rurais no Brasil desde 85. Só no ano passado, 153 trabalhadores foram assassinados e mais de um milhão de pessoas estiveram envolvidas em algum tipo de atrito. E o governo só faz piorar a situação.

A violência no campo deixou um saldo de 153 assassinatos no ano passado, um recorde na história dos conflitos rurais no Brasil. Segundo o Relatório Anual da Comissão Pastoral da Terra (CPT), só em 87 cerca de um milhão de trabalhadores estiveram envolvidos em algum tipo de conflito no campo, abrangendo uma área de 17 milhões de hectares. Este quadro só tende a se agravar com a aprovação, no Congresso Constituinte, de um texto que sequer vincula a propriedade da terra à sua função social e que é bem pior que o Estatuto da Terra, elaborado nos tempos da ditadura.

O relatório mostra também que a tensão aumenta a cada ano. Em 1985, 566 mil pessoas tiveram atritos na zona rural, que se estenderam por 9,5 milhões de hectares; estes números subiram, respectivamente, para 810 mil e 12,6 milhões de hectares em 86. De lá para cá, 432 trabalhadores foram assassinados.

A CPT classifica os confli-

tos de acordo com a natureza do trabalho. Os mais graves continuam sendo os chamados conflitos de terra, que dizem respeito à questão da posse: são pequenos agricultores, lavradores sem terra, posseiros e índios, de um lado, e o latifúndio ou o Estado, do outro. Eram 405 mil os envolvidos em 85, número que aumentou para 630 mil no ano passado. E nesta classe de conflitos que, além dos assassinatos, são frequentes torturas (88 casos no ano passado), ameaças de morte (142 casos) e tentativas de assassinato (36). Por estado, o mais violento é o Pará, seguido por Rondônia, Roraima, Maranhão e Bahia. Segundo a CPT, a taxa anual de crescimento das áreas em litígio é de 30%.

Em segundo lugar vêm os conflitos trabalhistas - entre assalariados e patrões -, que em dois anos quase dobraram: eram 76 conflitos em 85, com 160 mil pessoas envolvidas e 14 assassinatos; no ano passado, foram regis- tra-

Tipo de Conflito	Números conflitos			Pessoas Envolvidas			Assassinados		
	85	86	87	85	86	87	85	86	87
Terra	636	634	538	405.456	594.448	629.936	125	105	109
Trab.	76	95	107	159.185	203.521	317.335	14	17	23
Sind.	13	08	09						
Garimpo	04	07	11		12.604	9.599	3	15	16
Seca	09		50	1.400	—	49.720	—	—	1
Outros*								4	
TOTAIS	738	744	715	566.041	810.573	1.006.590	142	137	153

Aqui coloca-se o caso do protesto contra a política agrícola que causou 4 mortes no Rio Grande do Sul

dos 107 conflitos, 320 mil trabalhadores em choque e 23 assassinatos. O número de acidentes de trabalho também continua elevado: 64 mortos só em 87, vitimado principalmente bôias-frias.

Uma outra classe de conflitos é a que ocorre no garimpo, que também são mais e mais graves. Em 85 eram apenas 4 conflitos, com 3 assassinatos; em 86 passaram para 7 conflitos e 15 assassinatos; no ano passado foram 11 conflitos e 16 assassinatos

comprovados. A CPT observa que - por falta de dados oficiais - não foram computados, no balanço de 87, as dezenas de mortos no massacre da ponte do Tocantins, em Marabá, no dia 29 de dezembro passado, quando os garimpeiros de Serra Pelada foram chacinhados pela Polícia Militar do Pará, com a cumplicidade do governador daquele estado, Hélio Gueiros.

O fracasso do Mirad
Os dados do próprio go-

verno mostram a irresponsabilidade com que a Nova República vem tratando do problema. O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) fixou para o período 85-88 a meta de desapropriar 27,72 milhões de hectares, para assentar 900 mil famílias. Até agora, foram desapropriados exatamente 2,276 milhões de hectares, assentando 64,5 mil famílias. Isto é, menos de 10% das metas fixadas. Por outro lado, mais de 100 mil pequenas propriedades, só na região sul, foram arrancadas de seus donos por meio de leilões.

Não é à toa que são crescentes os rumores de extinção do Ministério da Reforma Agrária (Mirad), apesar dos desmentidos do atual ministro, o ex-governador do Pará, Jader Barbalho. Com quatro anos de existência, em sucessivas crises (é o quarto ministro que ocupa o cargo neste período), o Mirad expressa hoje a aliança do governo Sarney com o latifúndio. Um exemplo disso é o decreto-lei 2.363, de outubro passado, que prevê desapropriações por meio de "acordos amigáveis" com os proprietários. Segundo a Fundação Getúlio Vargas, um hectare de terra custava, em dezembro passado, Cz\$ 63.910 no Paraná, mas o Mirad pagou Cz\$ 217.870 o hectare da Fazenda Santo Rei, em Nova Cantu, município daquele estado. Em Rondônia, onde o hectare é avaliado em Cz\$ 20 mil, o Mirad pagou Cz\$ 58.654 cada hectare do imóvel Calama, no município de Ji-Paraná.

conta com PM e Justiça

nal. De 1964 a 1986 foram assassinados no campo 1.367 trabalhadores rurais.

A UDR - União Democrática Ruralista, responsável por muitos desses crimes, tem demonstrado grande competência e eficiência na aquisição de seu arsenal bélico de alta tecnologia (helicópteros, armas de longo alcance etc.) e no recrutamento de seu corpo miliciano, formado por ex-policiais militares. Segundo a CPT de Mato Grosso, 1.600 soldados da PM abandonaram a farda nos últimos oito meses para oferecer seus serviços como pistoleiros. O próprio Comandante da PM de Goiás confirma o fato e acrescenta que oficiais de justiça estão se propõendo a isso também.

Sergipe, como qualquer outro Estado brasileiro, encontra-se inserido nesse processo. Lá existem 16 focos abertos de luta pela terra sem contar as áreas onde os conflitos estão latentes, contidos pela pressão da oligarquia, de políticos locais e até mesmo

de juízes. E a oligarquia está trazendo a UDR para Sergipe com a finalidade de aumentar o terror no campo. O Jornal dos Sem Terra de agosto de 1987 denunciava o nome de três parlamentares sergipanos filiados à UDR: senador Albano do Prado Franco e os deputados José Quiciróz da Costa e Cleonâncio da Fonseca, possivelmente articuladores da UDR nacional com a oligarquia sergipana.

A estrutura fundiária de Sergipe é altamente concentrada, 21,6% dos proprietários de terra possuem mais de um imóvel rural. Há cerca de 20 mil famílias de trabalhadores rurais sem terra. E para agravar o quadro, quase 80% da área cadastrada encontra-se ocupada com pecuária, restando apenas 10% para as culturas permanentes e temporárias.

A oligarquia conta com o apoio da Justiça Estadual, cujos magistrados, via de regra, são latifundiários - uma ação de reintegração de posse, por

exemplo, é feita em tempo recorde, enquanto que qualquer ação trabalhista de usucapião ou litígio de pequeno proprietário contra grileiros se arrasta por longo tempo na Justiça. Conta também com o aparato da polícia que invariavelmente age com violência. E se o aparato jurídico e o policial, por alguma razão, não entram de imediato em ação, os latifundiários apelam para as milícias particulares e pistoleiros de aluguel cuja violência das ações é igual ou pior que aquelas feitas pela polícia.

É nesse contexto econômico e social que a oligarquia exerce seu poder. O latifúndio improdutivo é muito mais instrumento de poder do que de atividade econômica. É nele e em torno dele que a oligarquia mantém seus currais eleitorais, exerce o clientelismo paternalista-autoritário e se realiza como classe dominante.

*Rosemíro Magno da Silva
Secretaria Agrária do PT/SE*

1888 1988



Um século de lutas pela
abolição dos preconceitos

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Cem anos depois, o 13 de maio, o dia da Abolição segundo a história oficial, reencontra os negros na luta para "tornar-se gente", para quebrar os preconceitos de raça, classe e sexo que os oprimem no Brasil, com a conivência do Estado e a ajuda da farsa da democracia racial. Neste especial, que vai até a página 12, o BN une as opiniões de brancos e negros petistas comprometidos com a "nova Abolição".

O centenário da antiabolição

FLORESTAN FERNANDES

OMovimento Negro do PT pretende participar ativamente dos "festejos" do Centenário da Abolição. Mas irá participar de forma crítica e desmistificadora. O que significa abolir? Extinuir, acabar ou revogar. Doutrinariamente, a abolição deveria corresponder à consagração do abolicionismo, à redenção do agente do trabalho escravo. No entanto, ocorreram simultaneamente dois movimentos convergentes de caráter abolicionista. Um, que era expressão do liberalismo e do humanitarismo radicais dos brancos, com frequência nascidos na Casa Grande ou aliados dos interesses senhoriais, e que queriam libertar o Brasil da nódoa e do atraso da escravidão. Outro, que vinha da senzala e exprimia a luta do escravo para passar da condição de escravo para a condição de homem livre.

O primeiro movimento era pacífico e, em essência, libertava a sociedade dos entraves ao desenvolvimento capitalista, que resultavam da imobilização do capital e da inibição dos dinamismos do capitalismo comercial e industrial, que provinham da persistência do modo de produção escravista e do trabalho escravo. O segundo associava-se à violência, à fuga, ao aparecimento de quilombos e à fermentação de conflitos sociais nas fazendas, nas zonas de plantações e mesmo nas cidades. Joaquim Nabuco e José do Patrocínio re-

presentavam o primeiro tipo de movimento. Negros escravos e libertos anônimos eram os paladinos do segundo movimento, que ganha corpo aos poucos e, na última década do século XIX, leva a desorganização às fazendas e as inquietações sociais aos lares dos grandes proprietários.

Excepcionalmente, algum branco do estamento senhorial colaborava com essa modalidade de agitação abolicionista insurgente, como Antônio Bento e certos caídas. Os brancos que davam maior apoio a essas lutas antiescravistas eram pobres, artesãos, operários ou pequeno comerciante, segundo informações do próprio Antônio Bento, o mentor da *redenção do negro* (não da mera emancipação do escravo).

Tristes episódios

O 13 de maio foi um ato de romanismo político (do ponto de vista da casa imperial) e jogou contra o trono a fúria dos últimos senhores de escravos. De fato, a escravidão esgotara-se como modo de produção e os novos centros de expansão da lavoura encerravam o ciclo da substituição maciça do trabalho escravo pelo trabalho livre. Os célebres contratos com os escravos, com cláusulas temporárias para a sua libertação definitiva, constituíam um ardil, através do qual os proprietários extorquiam dos escravos mais cinco, três ou dois anos de trabalho. No fim, era um artifício para

prender o escravo até a realização das colheitas.

Os episódios que marcam essa época histórica e dão o sentido das ações dos senhores são os mais vergonhosos e vis, que se poderiam imaginar: eles desmascararam a natureza espoliativa da relação senhor-escravo até o último instante, prevaleceu o instinto predador e o espírito de lucros grosseiros, que dominaram o horizonte cultural senhorial. Retendo os escravos por "mais algum tempo" tornava-se possível atingir fins imediatos, ligados à produção, à colheita, à exportação; e conseguia-se tempo para buscar o substituto do escravo, no mercado em que se comprava ("contratava-se") o imigrante com a sua família ou o morador nativo com sua família. O "trabalho livre" emergia como equivalente do trabalho escravo e o trabalhador livre como uma espécie de escravo temporário, não declarado.

Festa às meias

Essa situação era o resultado de uma evolução natural do regime de produção escravista e da impossibilidade de se tirar de dentro dele, como do regime de produção artesanal na Europa, o trabalhador qualificado e o pequeno ou médio empresário. Enquanto perdurou o medo de que a supressão do tráfico conduziria o Brasil a um beco sem saída, os senhores e os teóricos do escravismo desenharam utopias sobre a

preparação e a educação do escravo para o trabalho livre.

Quando se descobriu que esta era uma alternativa hipotética e que existiam outras possibilidades mais baratas e menos complexas de transição, abandonaram-se tais idéias e largara-se o negro à sua sara. Por isso, o 13 de maio foi uma festa às meias. Tirava dos ombros do senhor o "fardo da raça branca" e engendrava-se o que os fazendeiros paulistas batizaram como "*o homem livre na Pátria livre*". Só que o "homem livre", por algum tempo, continuaria a ser recrutado nos estratos dominantes da "raça branca" (até que os trabalhadores criaram o trabalho livre, como categoria histórica) e o negro estava condenado a um destino trágico. O senhor não recebeu do Estado a indenização pelo juízo provocado pela perda da propriedade sobre o escravo. Mas obteve mais do que isso, indiretamente, através do financiamento de uma política oficial de imigração e de proteção à exportação, que resolvia seus problemas de mão-de-obra e de comercialização do café.

Em seguida, com a República, o fazendeiro tornava-se beneficiário de uma oligarquia perfeita, que unia seu poder local ao poder estatal, unificando seus interesses econômicos, sociais e políticos, em termos de uma política econômica fundada em sua situação de classe.

Desse ângulo, o 13 de maio brilhou como um sol que protegia unilateralmente os senhores, os seus objetivos e os desdobramentos destes a médio e a longo prazo. O negro e o liberto perderam em toda a linha. Na competição com os imigrantes, foram desalojados pelas preferências dos proprietários pelo "homem livre", visto como mais apto e produtivo. Selecionados negativamente nas áreas

em desenvolvimento econômico acelerado, viram-se também expostos a uma dura escolha. Os salários vis, que lhes ofereciam, enquadravam-se numa política geral de salários baixos. O ex-escravo e o ex-liberto viram-se na contingência de repudiar as ofertas de trabalho, pois enxergavam nela a continuidade da escravidão por outros meios. Tiveram de retrair-se, retomando os caminhos que os levava de volta às regiões de origem, submergindo na economia de subsistência, ou recorriam ao parasitismo sobre a mulher negra, ou tinham de submeter-se aos "trabalhos sujos", literalmente, "trabalhos de negro". O círculo se completara.

Egressos despreparados para o trabalho livre da crise final da economia escravista, não encontravam dentro do sistema de trabalho livre emergente oportunidades de acesso e de integração. Portanto, o 13 de maio dobra a última página de uma tragédia. O negro era expulso de uma economia, de uma sociedade e de uma cultura, cujas vigas ela forjara, e enceta por conta própria o penoso processo de transitar de escravo a cidadão.

Este seria um processo de longa duração, pouco rápido em toda a parte e fragilíssimo no Brasil como um todo. O 13 de maio não descorrera para o negro "novas oportunidades". Extinção as velhas ocupações sem engendrar outras novas. Então começa a pugna feroz do negro para "tornar-se gente", para conquistar com suas mãos sua auto-emancipação coletiva.

O passo inicial consistia em penetrar no mundo da classe, de tornar-se assalariado e, por aí, assimilar a cultura do proletário e do morador da cidade. É nas cidades que os negros iriam multipli-



car suas desgraças mas, ao mesmo tempo, forjar uma consciência social de rebeldia coletiva.

Raça e classe

Aparecem pequenos clubes, alguns jornais, escritores negros ou mulatos leais à raça. O passo seguinte envolveu a formação de movimentos sociais de auto-análise, de autocritica e de demolição desvastadora da hipocrisia do branco. O "negro emparedado" desmistifica-se e desmascara a ordem legal existente, demonstrando que ela se fechava para o negro, por causa do preconceito e da discriminação raciais.

Os movimentos sociais não encontram receptividade entre os brancos, que não os compreendem e os encaram como "racistas", invertendo defensivamente a equação libertária do negro. Este exige cidadania completa, em todos os sentidos. No trabalho, no lar, no meio ambiente global. Torna-se o paladino da liberdade maior, da liberdade com igualdade, que somente os brancos revolucionários, vinculados ao socialismo e ao comunismo, deveriam entender (mas não entenderam: os movimentos sociais do meio negro atingem o apogeu na década de 30; os partidos socialistas e comunistas apenas depois da década de 60 começam a aprender

que a classe não explicava tudo e que, com referência ao negro, era necessário combinar raça e classe para descrever e explicar as contradições da sociedade brasileira. Os sociólogos, porém, fizeram essa descoberta no início de 1950, sem serem devidamente ouvidos, mesmo pelos negros).

Importa ressaltar duas coisas. Primeiro, é que o 13 de maio subsiste como uma data falsa, uma "data do milagre", que teria redimido o escravo de um momento para o outro. Segundo, que foram os negros, pelos movimentos sociais e segundo suas próprias palavras, que montaram peça a peça a "nova Abolição", a abolição da qual e pela qual eles se impunham como gente, como seres livres e iguais a todos os outros, partindo da raça para injetar seu ideal libertário e igualitário na classe social e na sociedade nacional.

O movimento negro sente-se, pois, como responsável por uma vertente do pensamento social revolucionário dentro do PT. Ao romper com o convencionalismo da interpretação oficial do 13 de maio, tenta convidar o PT a ser coerente com sua condição de partido que advoga o socialismo proletário. O trabalho lanza suas raízes, no

Brasil, no trabalho escravo. Por sua vez, a acumulação capitalista interna, como processo histórico específico, ganha impulso, depois da Independência, graças ao excedente econômico gerado pelo trabalho escravo.

Isso quer dizer que o "mundo moderno" iria aparecer aqui, de uma acumulação originária de capital sustentada sobre a espoliação do negro pelo branco. E, indo mais longe, a proletarização teve suas origens e seus limites não no "mundo que o português criou", porém, no "mundo que o escravo produziu". Essas origens e esses limites contêm a marca colonial e neocolonial; contudo, também são profundamente determinadas pelo modo escravista de produção, por seu agente humano e pela elaboração do trabalho assalariado como substituto e equivalente do trabalho escravo.

Os trabalhadores brancos, estrangeiros e nacionais, incumbiram-se da tarefa essencial de passar a limpo a noção de trabalho livre como categoria histórica. Agora, ela precisa abranger o negro, em todos os seus pressupostos ou determinações. Socialismo proletário, entre nós, implica raça e classe indissoluvelmente associadas de modo recíproco e dialético.

Mesmo no contexto da so-

ciedade de classes vigente - capitalista e burguesa - deve-se contrapor a democracia vinculada à classe à democracia que resulta de uma amalgamação de raça e classe. Foi fácil, por exemplo, ao italiano ou ao alemão atravessar a linha de classe. O mesmo não acontece com o negro. Este precisa atravessar duas linhas de resistência, de integração e de dissolução: a da classe e a da raça. O proletário negro propõe ao PT o limite mais amplo da liberdade com igualdade, no seio da democracia burguesa ou numa futura sociedade socialista.

"Nova Abolição"

Dai ser imperioso o desmascaramento da história - a começar pelo 13 de maio e pela realidade concreta de uma República que só é democrática para os de cima. A emancipação coletiva dos de baixo, no estágio atual, exige que o PT se volte para o passado e descubra qual era a essência do 13 de maio. Como outras manifestações históricas similares, o 13 de maio foi uma revolução social dos brancos, pelos brancos e para os brancos dos estratos sociais dominantes.

Ele dividiu os de baixo e compeliu os negros a rolar até os últimos degraus da exclusão, do desespero ou do trabalho que todos repeliam.

Isso obrigou os negros a lançarem-se à conquista do seu 13 de maio, a uma nova Abolição, que passou ignorada, mas os colocou na condição de agentes históricos retardatários. Eles abriram para si as portas da sociedade de classes, penetraram no mercado pelas vias mais duras e começaram a classificar-se, através de um processo histórico lento, prolongado e oscilante, como trabalhadores livres no sentido pleno do conceito.

Hoje, seu movimento social conflui em várias direções, inclusive na do PT, e sua bandeira de rebeldia social é outra. Eles formam, a um tempo, a vanguarda racial das forças sociais da revolução proletária e o fermento político de um socialismo revolucionário que se opõe contra os dois antigos regimes superpostos à existência da classe e da raça, como meios de exploração econômica, de dominação social e de subalternização cultural.

A "segunda Abolição" ainda não se completou. Todavia, o seu percurso é claro. Ele termina e atinge seu clímax em um movimento social que constrói dentro do PT seus vínculos mais fortes com o ideal proletário de edificação de uma *sociedade nova*, sem dominação de raça e sem dominação de classe. ■



Olívio: combater o racismo

■ - Companheiro Olívio Dutra, qual é a posição do PT no Centenário da Lei Áurea?

OLÍVIO DUTRA: O PT entende que a população negra - que aliás é maioria em nosso país - não tem o que comemorar no Centenário. Isto porque a lei assinada pela princesa Isabel foi a grande saída encontrada pela monarquia para manter sua base de dominação e, na prática, transformou milhões de escravos em despossuídos, marginalizados e discriminados.

Por outro lado, a Lei Áurea resultou da embate de vários interesses. Interesses de setores nacionais e inclusive estrangeiros. No entanto vale ressaltar que em 13 de maio de 1888 a maioria da população negra já não era mais escrava, graças às rebeliões negras que desorganizaram a produção escravista.

■ Significa pois, que a Lei Áurea não possibilitou aos negros a conquista da cidadania?

OD: Exatamente. Não é preciso nenhum esforço para constatarmos que a população negra ocupa a base da hierarquia social. São discriminados no trabalho, na escola, são violentados pela polícia, pelos meios de comunicação e, veja bem, tudo isto pela ação direta ou com a conivência do Estado. O que

demonstra claramente o interesse do Estado na manutenção do racismo.

- Mas a que serve o racismo?

OD: Veja, durante a escravidão o racismo servia justamente para legitimar a escravidão dos negros.

Hoje nós percebemos que ele continua servindo a interesses econômicos e políticos. Recentemente o Dieese constatou que, mesmo conseguindo emprego, os negros recebem salários bastante inferiores em relação aos trabalhadores brancos.

Os negros são a maioria dos analfabetos, são majoritários nas favelas etc.

De forma que é notório que, através do racismo, o Estado tem conseguido manter a população negra na condição de subcidadão subjugado.

- Mas há uma incoerência então entre o discurso e a prática do Estado?

OD: Esta é uma das grandes características do racismo brasileiro. Ao mesmo tempo em que a retórica oficial passa uma imagem do Brasil como se fossemos uma democracia racial, diariamente as pessoas são estimuladas a discriminarem, inclusive não somente os negros, mas também a população indígena, as mulheres e outros setores. É a chamada democracia racial brasileira.

“A democracia racial do país é uma farsa”

HÉDIO SILVA JUNIOR

Através do racismo, o Estado mantém os negros como subcidadãos subjugados: eles são maioria apenas nas favelas, nas cadeias e na base da pirâmide social.

- Quais os efeitos desta farsa sobre a sociedade brasileira?

OD: Nós vemos que a ideologia da democracia racial foi montada para anestesiar zonas de conflito. Na prática, ela solapa a capacidade de organização dos negros.

Ora, o primeiro passo para se eliminar o racismo é justamente reconhecer a sua existência e a sua extensão. De maneira que é papel dos petistas desmascarar a falsa idéia da democracia racial.

De resto, devo dizer que as classes dominantes tentam passar a idéia de democracia racial como extensão de uma democracia econômica e política que não temos. Aliás, democracia, no Brasil, será fruto da ação organizada dos trabalhadores e dos oprimidos.

- Olívio, qual a avaliação do PT a respeito das iniciativas que o Estado vem tomando a propósito da questão racial?

OD: Em primeiro lugar, é preciso que se diga que o PT aposta na organização autônoma dos negros. Em segundo, que o Estado visa com estas iniciativas tutelar o movimento negro, coaptando algumas de suas lideranças para posições subalternas no aparelho do Estado. Por isso

entendemos que os setores consequentes do movimento negro devem combater e desmascarar qualquer tentativa de manipulação do movimento negro pelo Estado.

- E o que o PT está fazendo no Centenário?

OD: Como já dissemos, o PT participa do Centenário com uma posição crítica e não festiva. Neste sentido, a Secretaria Nacional de Movimentos Populares criou um grupo de trabalho que está preparando uma série de atividades para este ano, as quais serão desenvolvidas juntamente com as diversas Comissões e Secretarias de Negros, organizadas nos Estados.

- Que atividades?

OD: Desde publicação de cartazes, cartilhas, até realização de Seminários, como por exemplo um Seminário Nacional que irá acontecer no Instituto Cajamar em São Paulo.

Com isso pretendemos desmascarar a falsa democracia racial e aprofundar o debate sobre a questão racial no interior do Partido e junto ao movimento sindical e popular. Cabe dizer, no entanto, que este esforço do PT se deve muito mais ao crescimento da organização dos negros petistas do que propriamente em função do Centenário.



- Fale um pouco sobre este crescimento.

OD: É perceptível que tem avançado o nível de atuação dos negros do PT. Ano passado, aqui em Brasília, foi realizado o 1.º Encontro Nacional dos Negros do PT que deu um grande impulso organizacional.

Cada vez mais surgem Comissões de Negros, sendo que, inclusive, está marcado para setembro deste ano o 2.º Encontro Nacional de Negros do PT.

- O que isto significa para o PT?

OD: Significa que estamos no caminho certo para a construção de um Brasil sem exploração e sem nenhum tipo de opressão. Significa que cada vez mais os trabalhadores avançam no sentido de articular suas diversas lutas. Aliás, temos o entendimento da necessidade de discutirmos, no interior da luta pelo socialismo, todas aquelas especificidades que atingem negros, mulheres, índios e outros. Até porque entendemos que o socialismo não será uma varinha de condão que dará cabo de todas as contradições.

Não podemos ser simplistas. Neste sentido, ao fortalecermos o combate ao racismo, por certo estamos fortalecendo a luta pelo socialismo.

Os negros no PT: organizar e transformar

FLÁVIO JORGE RODRIGUES DA SILVA

Chegou a hora de o movimento negro sair da fase "sentimental" e entrar para valer na política

O ano de 1988 tem tido como principal marco o fato de ser um ano de lutas políticas. Para nós, do movimento negro não tem sido diferente. A postura tanto dos setores ligados aos governos municipais, estaduais e federal, como os ligados à Universidade, à Igreja, ao movimento sindical e popular, aos partidos, em relação ao Centenário da Abolição, tem exigido definições mais precisas quanto à luta em torno da questão racial no Brasil.

Isso tem um sentido positivo. A necessidade de avanços está fazendo com que o Movimento Negro seja obrigado a sair da sua fase de denúncias do racismo e da farsa da democracia racial em nosso país — fase que chamamos de sentimental — que tem sido a tônica de nossa intervenção desde a década de 70, para uma outra fase: a política. Aquela em que temos que ter respostas não só para a situação de explorados e discriminados mas também para o pensarmos juntos, negros e brancos, alternativas para a superação dessa situação. É dentro desse contexto que deve ser discutida também a nossa organização enquanto militantes negros, no interior do PT.

A nossa militância no PT, em vários Estados, existe desde a sua fundação. Ocorre pelo fato de entendermos ser este o Partido em que os negros devem participar em função de sua composição social e visão de transformação da sociedade brasileira.

Visão esta explicitada em seu programa ao colocar a luta contra o capitalismo e seu compromisso com os trabalhadores e oprimidos em geral, na direção de uma sociedade justa e igualitária, uma sociedade socialista. Nessa sociedade, certamente,

a questão racial não será resolvida mas, nela, estarão colocadas as condições necessárias para a sua resolução.

Entretanto, embora estejamos hoje organizados em muitos Estados (como comissões, grupos, secretarias ou subsecretarias), em avaliações realizadas em encontros e reuniões, temos notado que nossa participação e organização ainda é precária.

Vários motivos podem ser apontados como elementos importantes para uma reflexão do por que dessa precariedade em nossa intervenção. Queremos destacar três motivos que julgamos importantes para essa reflexão.

O primeiro deles é a incompreensão da importância da luta contra o racismo pelo conjunto do Partido, em particular pelas nossas direções.

Falsa herança

A história e a ideologia oficial têm "explicado" que a situação vivida pela comunidade negra é uma indicação de que as relações de dominação e inferioridade econômica e social da população negra seriam apenas uma decorrência direta dos tempos escravistas e coloniais — espécie de herança que desaparecerá com o tempo. Posto isso, afirmam que no Brasil não haveria racismo mas "simples" discriminações e preconceitos sociais. Ou seja, o negro é discriminado por ser pobre e não por ser negro.

Isto também tem implicações junto aos setores mais avançados e progressistas de nossa sociedade que, influenciados por essa visão oficial, negam a especificidade e importância da luta negra e automaticamente afirmam ser o socialismo a solução para essa questão. Uma visão simplista que faz com que a luta contra o racismo, assim como a luta contra o machismo



e outras das chamadas "minorias", seja colocada em segundo plano.

Dentro de nosso partido essa visão também prevalece. É comum ouvirmos de nossos dirigentes (as exceções existem) quando abordados sobre o assunto a defesa desse tipo de argumentação.

Outro motivo é a lacuna que ainda continua existindo entre a ação de nossos militantes nos movimentos sociais e a prática expressa pelas instâncias do Partido. Essa questão tem sido preocupação de encontros promovidos pelas Secretarias de Movimentos Populares e tem afetado nossa militância.

Como ocorre em outros movimentos, os militantes negros de nosso Partido têm preferido atuar junto a outros organismos como as entidades negras (escolas de samba, blocos afros etc.), no sindicato, na associação de bairro, pois estes organismos têm servido como referencial real de suas atividades, deixando sem finalidade a militância partidária.

Sem compromissos

O terceiro motivo, que tem relação com o anterior, é a falta de compromisso de nossa militância e a consequente desorganização das comissões, grupos ou secretarias em que atuamos. Isto, aliado à falta de um projeto político, a exemplo do que acontece com o Movimento Negro, tem dificultado a nossa intervenção.

Apesar de nossos esforços não conseguimos nos reunir de forma sistemática, agrupar novos companheiros e os nossos trabalhos se devem mais ao voluntarismo de alguns militantes que sentem a importância e a necessidade da intervenção no Partido e fora dele.

Existe ainda de nossa parte uma incompreensão gerada

pela confusão que estabelecemos na relação Movimento e Partido. Não temos ainda definido o entendimento da importância do papel do Partido na luta pela transformação da sociedade. Em nossa prática visualizamos o Partido enquanto uma frente de intervenção ou apenas como militantes do movimento negro, colocando o Partido enquanto um ser distante.

Apesar de todos esses problemas, a situação não é tão negativa como pode parecer a partir das posições aqui colocadas. O Partido dos Trabalhadores ao se colocar contrário a qualquer projeto de tom "comemorativo" ou que desvie a discussão dos resultados que a Abolição da Escravatura trouxe para a sociedade brasileira diferenciou-se dos outros partidos e deu um norte para a nossa relação com as atividades que estão sendo realizadas.

Essa definição se deve em parte à compreensão de alguns dirigentes e, fundamentalmente, à postura correta que nós militantes negros do PT temos tido ao questionarmos o Centenário da Abolição e nos organizarmos, negros e brancos, para fazermos frente às iniciativas oficiais e de setores que tentam passar uma visão mais conservadora.

Encontro Nacional

Outro aspecto importante diz respeito à nossa organiza-

ção. Em reunião nacional, recentemente realizada pela Secretaria Nacional de Movimentos Populares, com a presença de representantes dos principais Estados onde temos trabalho, foi formada uma Comissão Executiva Nacional que tem como objetivo organizar o II ENCONTRO NACIONAL — O PT E A QUESTÃO RACIAL, que será realizado em setembro em Vitória, no Espírito Santo. Ainda este semestre nos Estados serão realizados encontros para escolha dos delegados e discussão do tema do Encontro Nacional.

Serão momentos importantes nos quais deveremos aprofundar as discussões aqui levantadas, de forma a propiciar ao conjunto de nossos militantes a compreensão da importância da luta negra no avanço das lutas sociais e de transformação em nosso país.

Esta compreensão é fundamental num país onde a maioria da população é negra e se localiza entre aqueles que o PT pretende atingir com suas propostas: a maioria de nossa população trabalhadora, da cidade e do campo, que tem sido colocada à margem da vida cultural, econômica, social e política. ■

Flávio Jorge Rodrigues da Silva é membro da Coordenação Provincial da Comissão de Negros do PT São Paulo.



Três vezes discriminada

SUELI CHAN FERREIRA

A mulher negra resgata a tradição de Dandara e Luiza Mahin para opor-se à opressão de classe, raça e sexo

Falar e pensar a mulher negra na sociedade brasileira implica entender a complexidade do ser negro numa sociedade construída sobre os alicerces classista, racista e patriarcal. Certamente, essa discussão não se esgota, assim como não se iniciou, num artigo e muito menos em grandes teses a respeito da realidade das mulheres negras no Brasil e no mundo, mas passa principalmente pela organização das mesmas, no sentido de conscientizarem-se de sua tríplice discriminação (de classe, racial e sexual), engajando-se então nas lutas gerais e específicas dos trabalhadores e oprimidos pelo fio da exploração e opressão, o que remete à discussão e ao compromisso dos setores progressistas da sociedade brasileira, no sentido de contemplar, no conjunto das reivindicações da classe trabalhadora e dos oprimidos em geral, a luta das mulheres negras.

Neste sentido, a necessidade de se discutir a questão coloca-se em espaços de lutas sociais fundamentais, ou seja, nos movimentos sindical e popular, passando basicamente pelos movimentos negro e feminista. E é com esta compreensão que entendemos que o Partido dos Trabalhadores em muito contri-

buirá para esta discussão, pois, nascido das bases dos movimentos sociais (sindical e popular), incorporou às suas bandeiras setores específicos essenciais, quais sejam as mulheres e os negros. Embora estes setores estejam contidos, na sua grande maioria, na classe trabalhadora, são tratados pela classe dominante enquanto "minoria". Certamente são minorias no que diz respeito à sua participação efetiva no poder, no entanto são maioria enquanto contingente populacional. Só a população negra representa 44% da população brasileira, onde aproximadamente a metade das mulheres, flagrantemente, se encontram na base da pirâmide social e econômica.

Objeto sexual

Vale lembrar aqui a trajetória da mulher negra no Brasil. Embora trazida da África em proporções menores que o contingente masculino, até porque no atendimento dos comerciantes de escravos as mulheres significavam um ônus maior, na medida em que, estando grávidas, contribuiriam na diminuição da produção, cumpriam os mesmos trabalhos no cultivo e colheita das grandes produções de açúcar, algodão, na extração de

minérios, além de servirem às famílias dos senhores de escravos na "Casa Grande". Porém, as maiores humilhações destinadas às mulheres negras eram submetê-las às luxúrias dos seus senhores, além de amamentarem os filhos da "Casa Grande". Forçadas à condição de objeto de exploração sexual e amas de leite, eram constantemente transformadas em mercadorias de aluguel, aumentando assim as "rendas" de seus senhores, situação esta que as impedia de manter uma relação mais próxima e necessária com seus filhos.

Em se comparando com a luta das mulheres nos nossos dias, as reivindicações por creche, garantia da licença maternidade, entre outras reivindicações feitas pelos movimentos feministas, reflete ainda o desrespeito dos governantes para com a mulher trabalhadora, agravando-se ainda mais no que diz respeito às mulheres negras, que, na sua grande maioria (80% no setor de prestação de serviços), trabalham como empregadas domésticas. Deve-se lembrar que esta categoria de trabalhadoras não tem ainda garantidos direitos trabalhistas tais como: piso salarial, descanso remunerado, folga semanal, férias de 30 dias, FGTS, além da jornada de trabalho regulamentada.

O importante papel desempenhado pelas mulheres negras na luta de resistência à escravidão e à opressão secular é uma realidade na suas vidas. Nomes como Dandara, grande guerreira de Palmares, como Luiza Mahin, uma das líderes do movimento pela libertação dos negros escravizados, são omitidos da história oficial, no sentido de não reconhecer na força negra feminina um dos baluartes da verdadeira liberdade dos oprimidos. Traçando aqui também um paralelo



com as lutas atuais, é interessante perceber que a mulher negra, mantendo sua tradição de luta, encontra-se engajada nas lutas populares e, observando em especial o movimento negro, as mulheres negras representam um contingente significativo no seu interior.

8 de março

No entanto, tanto o movimento negro quanto o movimento de mulheres ainda não conseguiram tratar com a devida necessidade a questão específica da mulher negra, que, reafirmamos, sofre uma tríplice discriminação. Embora esta seja ainda uma realidade dos movimentos, foi interessante observar a tônica dada pelas mulheres negras, no último 8 de Março, o Dia Internacional da Mulher. Sabemos que a grande imprensa, neste 8 de Março, evidenciou a questão da mulher, abordando em especial a questão da mulher negra, aqui em função do Centenário da Abolição, até porque começa a reconhecer o papel da mulher e a sua organização na sociedade brasileira. Mas foi efetivamente nas ruas que as mulheres negras, em particular em São Paulo,

demonstraram sua participação nas lutas do dia-a-dia, levantando bandeiras gerais e específicas.

Foram ainda as mulheres negras que deram a tônica festiva e política ao 8 de Março deste ano, diferentemente das manifestações de anos anteriores, empregando nesta manifestação de rua a marca cultural do povo negro. Para quem se lembra, a palavra de ordem: "8 de março o que é, o que é; Dia Internacional da Mulher. A mulher não é chofer de fogão, não, não, não", foi puxada com o ritmo do afoxé, que, somada a outras palavras de ordem (- Melhor que lavar prato é estar no Sindicato - esta puxada pelas sindicalistas), trouxe à manifestação um colorido só possível para aquelas que se engajam na luta por melhores condições de vida sem perder a vitalidade e a beleza que lhes é peculiar.

Em muitos outros espaços de luta, a população negra há de reivindicar, junto com todos aqueles que lutam pela mesma causa, uma sociedade verdadeiramente justa, onde sejam abolidas todas as formas de exploração e opressão.

Benedita da Silva: pela primeira vez, uma mulher negra no Congresso Nacional.

Deputada denuncia racismo

A deputada federal constituinte Benedita da Silva, do PT do Rio de Janeiro, começou sua militância participando dos movimentos dos negros, favelados e das mulheres no Morro do Chapéu, onde mora. Em nome destes movimentos, foi eleita vereadora em 1982. Benedita é auxiliar de enfermagem, professora e assistente social.

Após quatro anos de vereança, candidatou-se à Câmara Federal, tornando-se a primeira deputada negra do País. No Congresso, vem se notabilizando pela denúncia da discriminação racial e das mulheres. Benedita também já apresentou diversos proje-



tos de lei na Constituinte, especialmente em relação aos negros. Entre estes, destacam-se: o que prevê o rompimento das relações diplo-

máticas do Brasil com países que adotem políticas oficiais de discriminação de cor, como é o caso do regime de minoria branca da África do Sul; o que estipula o ensino de História da África nos currículos de História; projeto que determina a punição, como crime inafiançável, a qualquer discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais; o de garantia às comunidades remanescentes dos quilombos e do reconhecimento da propriedade definitiva das terras que ocupam.

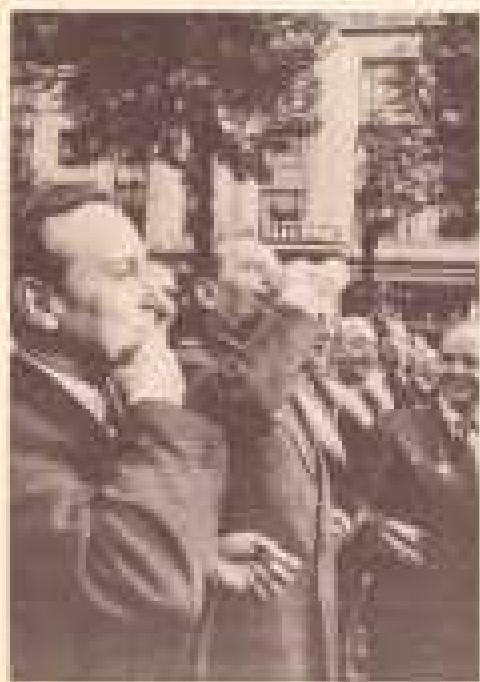
"Minha presença nesta Casa deve-se ao resultado do esforço comum das comuni-

dades faveladas e de um partido que garantiu o espaço da maioria silenciada", disse Benedita, ao subir pela primeira vez à tribuna da Câmara Federal. "Aprendi desde cedo as diferenças impostas a determinados setores: entre homem e mulher, negro e branco e índio, pobre e rico. Aprendi que, na favela, miséria é miséria, mesmo colorida".

Em outra oportunidade, denunciou, juntamente com o deputado Paulo Paim (PT-RS), o assassinato do operário negro Julio Cesar de Mesquita Pinto: "foi assassinado pela Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Qual o crime deste homem? Nascer negro".

Em 21 de março passado, foi à tribuna defender o rompimento das relações diplomáticas com a África do Sul: "há exatamente 28 anos, o sistema repressivo do regime racista da África do Sul assinou 69 negros que se manifestavam pacificamente contra a obrigatoriedade do passaporte interno, exigido aos negros para locomoção em seus próprios territórios. Impunha-se ao Brasil, como a segunda maior nação negra do mundo, tomar a iniciativa de romper relações com aquele país. Infelizmente, não conseguimos o número necessário de votos para tanto".

Eleições na França: a crise se expressa nas urnas



Os conservadores querem apagar 1968 do mapa

O avanço da direita

Embora o PS, com Mitterrand, tenha faturado as eleições presidenciais, quem captou a insatisfação popular foi um candidato abertamente fascista.

A grande novidade da política francesa é um homem com idéias medievais. Suas bandeiras: autoridade, fé, nacionalismo. Seu símbolo maior: Joana D'Arc, a heroína francesa que lutou contra a invasão saxônica no século XIV.

Há sete anos, ninguém dava muita bola para Jean-Marie Le Pen, quando seu partido, a Frente Nacional, não obteve mais que 3% nos votos no pleito presidencial que elegeu o social-democrata François Mitterrand pela primeira vez. Agora, o candidato da Frente Nacional obteve quase 15% dos votos no primeiro turno.

Processo quase inverso viveu o Partido Comunista Francês: em 81, carreou 15% dos votos (é bom lembrar que em 1968 chegou a ter 25%), que lhe valeu uma participação temporária no governo Mitterrand com quatro ministros. Agora, seu candidato teve que se contentar com amargos 7%. Mas seu antigo aliado, Mitterrand, acabou reelegendo-se, ao preço de diminuir bastante suas diferenças com o candidato da chamada direita civilizada, Jacques Chirac.

O mais insólito neste quadro é que a

candidatura neofascista de Le Pen ganhou a simpatia de boa parte da camada de miseráveis que o capitalismo francês vem criando nos últimos anos. A razão disso é que, no plano social, o governo Mitterrand - eleito com uma plataforma autopropaganda socialista - decepcionou: em 81 havia 1,8 milhão de desempregados no país, cifra que cresceu para 2,5 milhões em sete anos. Hoje a França é o país com o segundo maior índice de desocupação (11% da força de trabalho) entre os capitalistas mais industrializados. Le Pen é o fruto desta crise e da deceção com seus administradores. ■

Israel, 40 anos

Do sonho ao pesadelo

A concretização do Estado de Israel, resultado da milenar aspiração do retorno dos judeus dispersos pelo mundo ao seu lar perdido no início da era cristã e da necessidade de uma sensação mínima de segurança face às seculares discriminações e mortandades das quais sempre foram e são vítimas, é exemplar. Confirma, tanto ao judeu complexado mais exacerbado como ao pior anti-semita, que o judeu é igual a qualquer outro ser humano; que pode ser tão burro, covarde, parasita e criminoso como o pior e tão competente, produtivo, inteligente e corajoso como o melhor deles; que seu eficiente e "idealizado" Estado "caiu" na política do "real" com a mesma falta de princípios dos demais e, quando acuado, reproduz a insensibilidade e desumanidade das piores tiranias. Sonhando durante séculos, o Estado de Israel nasceu em 1948, no quadro de uma generosa ideologia sionista, sobretudo socialista, em cima dos instintos vitais de sobrevivência étnica e física e do mais legítimo anseio de autodeterminação de parte dos judeus do mundo.

Mas hoje, o tradicional humanismo judaico virou fanatismo selvagem, o sonho virou pesadelo, e Israel reflete o que há de pior numa sociedade de classe: um estado arcaicamente semítico-árabe, expansionista e racista e, eficazmente capitalista e militarista, inspirado por uma ideologia sionista/imperialista. Como é notório, a criação de Israel se deu a expensas do povo palestino, não só vítima do novo Estado mas, também, "peão de manobra" das oligarquias, teocracias e lideranças da maioria

dos países árabes e das grandes potências mundiais. O povo palestino, hoje ele disperso, perseguido e massacrado, tem a mesma aspiração que tinha o povo judeu antes de 1948 - a criação de um lar nacional para sua sobrevivência étnica, cultural e física.

PRECONCEITO

O Estado de Israel parece ser um fato histórico irreversível que, hipoteticamente, só poderia ser revertido através de um banho de sangue, com o extermínio de seus cidadãos e de outras nações. Hipótese obviamente inaceitável e improvável, a não ser que prevaleça o fanatismo da Face mais retrógrada do Islamismo. O povo palestino, por seu lado, é uma realidade histórica que só os mal-intencionados questionam e seu pleito, além de justo e legítimo, parece historicamente oportuno. Enquanto ambas as partes se imobilizarem em posições que neguem o fato histórico do outro, inclusive justificando suas políticas de genocídio, com seus crimes e retaliações, cometidas de lado a lado, o impasse dificilmente será superado.

Enquanto Israel racionalizar e tentar legitimar toda sua postura atual imperialista e fascista de extermínio pelo seu próprio longo histórico real de povo perseguido e aniquilado - as cruzadas, fogueiras da inquisição, pogroms, câmaras de gás, entre outros - não haverá saída deste lado.

Outrossim, o fetor racismo anti-semita e os demais preconceitos racis-

tas, étnicos, religiosos, perduram em todo o mundo. "Todo preto é preguiçoso", "todo judeu é ladrão", "todo palestino é assassino", são algumas das formas que assumem. Uma das faces do anti-semitismo moderno é aquela que confunde "judeu" com "cidadão israelense" e joga todos os judeus do mundo, inclusive os judeus progressistas de Israel, no mesmo saco com aqueles judeus israelenses que são racionários e/ou "hidrófobos".

"PAZ AGORA"

Enquanto prevalecerem, entre os palestinos, facções onde dominam os velhos e novos preconceitos anti-semitas e o anseio de destruição total e final do adversário, também não haverá saída por esse lado. Assim, cabe a nós, progressistas do mundo todo, dar total apoio às lutas pela autodeterminação dos povos e resfôrço de suas identidades nacionais e culturais.

No caso em pauta, de um lado, lutar contra todos os racismos, onde aparecerem, e dar apoio decidido às minorias progressistas de Israel, tal como, por exemplo, o movimento "Paz Agora", para que estas se tornem um dia maioria e o transformem num Estado laico e tolerante, substancialmente democrático e socialista.

E de outro lado, dar total apoio à imediata criação de um Estado Palestino independente, nos moldes acima, sob a liderança da OLP que é quem representa, legitimamente, os interesses deste povo tão sofrido. ■

Maurício Segall

PT fala com Tupas e PCI



Representantes do Partido Comunista Italiano (PCI) e do Movimento de Libertação Nacional - Tupamaros, do Uruguai, visitaram o Brasil nas últimas semanas e realizaram importantes encontros de intercâmbio com o Partido dos Trabalhadores.

A primeira a chegar foi a delegação do PCI, que manteve encontros com lideranças políticas, intelectuais do Cede e dirigentes da CUT; entrevistou-se com dirigentes e parlamentares do PT e foi recebida em audiência pelo cardeal Arns. Integrada por Giorgio Napolitano, membro do Comitê Central e responsável por relações internacionais; Cláudio Berbabucci, da Comissão de Relações Internacionais; o economista Carlos Guelfi e o jornalista Antonio Polito, do L'Unita, a delegação do PCI debateu com membros da Executiva Nacional do PT sobre assuntos de formação política e imprensa partidária.

A delegação dos Tupamaros era chefiada por Eleuterio Fernandez Huidobro, um dos quatro líderes históricos do movimento que sobreviveram à brutal repressão da ditadura militar uruguaia. O principal dirigente dos "tupas", Raul Sendic, não pôde vir ao Brasil em virtude de seu debilitado estado de saúde, resultado dos maus tratos que sofreu ao longo de 14 anos de prisão. Junto com a Secretaria de Relações Internacionais do PT, a delegação tupamara tratou, sobretudo, da análise da situação política uruguaia e brasileira.

O que temos e o que falta fazer

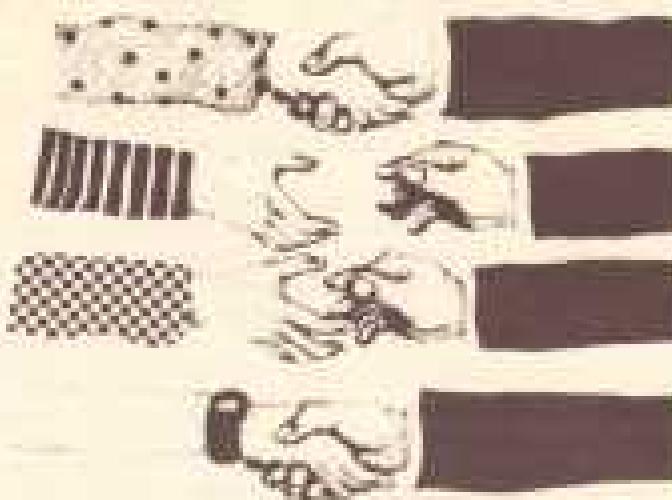
Muitos companheiros têm afirmado que "falta um projeto nacional de formação política", apesar do acúmulo de experiências destes três últimos anos na área de formação. Isto revela um aspecto positivo que reside no fato de haver uma exigência cada vez maior com relação a necessidade de o Partido priorizar e estruturar melhor a formação política, mas também mostra que os militantes não estão informados sobre o que o PT já realizou e vem realizando neste campo.

Como resultado de três anos de trabalho e de avaliação dessas experiências e do debate, a SNFP (Secretaria Nacional de Formação Política) vem definindo as linhas gerais para uma política de formação do Partido, ao mesmo tempo que aperfeiçoa o seu plano de trabalho.

A definição de uma política de formação se coloca pela necessidade de formar quadros capacitados a contribuir efetivamente na construção do PT e intervir politicamente nos movimentos sociais, dando respostas às necessidades impostas pelo movimento da luta de classes.

Para atender a esse objetivo, apontamos como necessidade imediata estruturar e consolidar as secretarias regionais de formação e, ao mesmo tempo, promover uma divisão de tarefas, separando neste momento para efeito didático a formação dos militantes em três níveis: base, intermediário e superior.

Na 2.ª Plenária Nacional de Formação, do ponto de vista do conteúdo, classifica-



mos um conjunto de questões como *Temas Unificados*, que são aqueles com um certo acúmulo e que deverão ser desenvolvidos em todas as instâncias do Partido, mas com prioridade nos níveis intermediários e de base, e que consideramos importantes no momento para a construção do PT: "O PT e sua construção", "Metodologia", "Classes e Luta de Classes" e "Socialismo".

As prioridades

Em outro conjunto de questões, foram classificados como *Temas Prioritários* aqueles sobre os quais se considera que deve haver um amplo debate e um processo de sistematização que permita ir forjando um ponto de vista mais unificado para o seu tratamento, e que deverão ser trabalhados principalmente nos níveis intermediário e superior: "Processo de Desenvolvimento Capitalista no Brasil", "Estrutura de Classes e Processo da Luta de

Classes", "História das Lutas e Experiências Revolucionárias no Brasil e de Outros Povos", "Estratégia de Transformação Social no Brasil", "Socialismo", "Concepção e Prática de Construção do PT" e "Problemas Conjunturais".

Também como parte da construção de um projeto nacional de formação política, há necessidade da capacitação de quadros formadores, para imprimir maior abrangência e qualidade ao trabalho de formação política. Neste sentido, a SNFP tem estabelecido convênio com o Instituto Cajamar para a formação de monitores a nível nacional, além de incentivar, e sempre que possível, participar de cursos locais de formação de monitores.

Plano de trabalho

Dentro da concepção do PT como um Partido amplo, de massas, democrático e so-

cialista, e essa política de formação, procuramos:

- Estimular a avaliação e discussão de diversas experiências de formação para diferentes níveis de militância;
- Incentivar a estruturação das Secretarias de Formação Política nos diretórios Regionais, Municipais e Zonais, bem como apoio à elaboração dos seus planos de trabalho;
- Formação de monitores capacitados a assumir de modo competente e criativo as tarefas de formação política;

- Desenvolver uma concepção metodológica comum para o trabalho de formação e unificação dos pontos de vista sobre os temas;
- Promover uma divisão de tarefas, propondo que as Secretarias Regionais trabalhem prioritariamente os *Temas Unificados* e a formação de base e intermediária, e a SNFP os *Temas Prioritários* e a formação no nível de monitores, intermediário e superior.

Dentro dessas linhas gerais de uma política nacional de formação é que estamos aprofundando o plano de trabalho da Secretaria Nacional de Formação Política a ser discutido nas próximas reuniões do Diretório Nacional.

É com o resultado desse trabalho coletivo que podemos avançar na estruturação e consolidação das Secretarias Regionais e Municipais de formação, articular essas instâncias e viabilizar um plano de formação política em todos os níveis.

Este avanço em relação a uma situação anterior na qual prevalecia apenas o "discurso sobre a importância da formação" fica ainda muito aquém das necessidades e expectativas de multiplicação e aprofundamento do trabalho de formação política. Pode-se, no entanto, dizer que o PT começou a priorizar o trabalho de formação política. ■

CURSOS PROMOVIDOS PELA SNFP

- | | |
|--|--|
| - De 13 de maio a 20 de maio | - De 1.º de julho a 8 de julho |
| - Curso para lideranças do movimento sindical - nível I | - Curso para lideranças do movimento sindical - nível I. |
| - De 27 de maio a 3 de junho | - De 15 de julho a 22 de julho |
| - Curso para lideranças do movimento sindical - nível I | - Curso para capacitação - nível II. |
| - De 3 de junho a 10 de junho | - De 29 de julho a 5 de agosto |
| - Curso para lideranças do movimento sindical - nível I. | - Curso para capacitação de lideranças do movimento popular. |
| - De 3 de junho a 10 de junho | |
| - Curso para monitores - nível A | |
| - De 24 de junho a 1.º de julho | |
| - Curso para capacitação - nível II | |

Inscrita-se na Secretaria de Formação do seu Estado, ou informe-se na SNFP pelo telefone (011) 575-2299 (falar c/Maria).

As metas da comunicação

Com a recente criação do Departamento de Divulgação e Propaganda, que tem como tarefa imediata a montagem de um Centro de Imprensa, em São Paulo, o PT abre campo para alcançar dois importantes objetivos de mais longo prazo: o lançamento de um semanário de massas e a definição de uma política de comunicação do Partido.

O Centro de Imprensa deverá reunir, num único local, a revista *Teoria & Debate* (que está sendo nacionalizada), o *Jornal do PT*, do DR de São Paulo, e o *Boletim Nacional* (que deverá ser remodelado). Com isso, iniciaremos uma nova fase de aproveitar a experiência dos jornalistas petistas que colaboraram nas três publicações,

visando a potencializar nossos recursos na área de imprensa.

Um dos aspectos fundamentais do plano de reformulação do BN é a ampliação da presença dos Estados no noticiário. Para isso, é necessário armar uma rede de correspondentes, cuja base principal de sustentação poderá ser as Secretarias de Imprensa dos Diretórios Regionais. Do mesmo modo, é esta articulação do Departamento de Divulgação e Propaganda com as Secretarias de Imprensa que vai permitir uma maior socialização de experiências de comunicação no Partido, para aperfeiçoar não só nossos esquemas de informação interna, mas também nossa influência junto à sociedade.

Maria Luiza foi embora

Junto com o secretário de Finanças e seu candidato à sucessão, Dalton Rosado, a prefeita de Fortaleza, Maria Luiza Fontenelle, trocou o PT pelo PSB, antes mesmo que fosse apreciado o recurso encaminhado ao Diretório Nacional para revogar seu desligamento e de mais 19 filiados, aprovado por 31 votos e três abstenções pelo Diretório Regional do PT do Ceará.

Como se sabe, os filiados desligados foram acusados de envolvimento com os atos de tumulto e violência que impediram a realização de pré-convenções zonais em Fortaleza, no dia 24 de abril último. Ao repudiar estes métodos, a Comissão Executiva do Diretório Nacional, que se colocou de

imediato como "instância de recurso", reafirmou que o Partido não pode compactuar com a quebra da democracia interna caracterizada pelos atos de agressão e violência promovidos pelos partidários da candidatura Dalton Rosado (apoiado por Maria Luiza).

Agora, às vésperas dos Encontros Municipais do Ceará, previstos para 4 e 5 de junho, os comentários na cidade dão conta de que Maria Luiza, depois de vestir a camisa do PSB, estaria sendo cotada para fazer uma dobradinha com Brizola. Mas, na campanha municipal, ela tem dito que apoiaria uma candidatura de frente popular, em aliança com o PT.

Outro crime. E o PT perde Eder

Morreu no último dia 21 de maio, em São Paulo, o companheiro Eder Sader, aos 46 anos de idade. Eder teve uma vida inteira de lutas ao lado dos trabalhadores. Em 1960, ainda estudante de ciências sociais, participou da fundação da Política Operária, organização que defendia a revolução socialista no Brasil e criticava a linha reformista do PCB. Depois do golpe tornou-se professor de sociologia na USP. Em 69, é obrigado a exilar-se. Viveu seu primeiro exílio no Chile, onde militou ativamente no MIR (Movimento de Izquierda Revolucionaria). Quando do golpe militar de Pinochet é preso em Concepción, onde dava aulas na universidade local. Libertado pelos militares por ser hemofílico, Eder vive seu segundo exílio na França, onde, além de dar aulas, prossegue em sua militância no trabalho de denúncia das ditaduras militares no Brasil e no Chile. Ainda em Paris, faz parte do Conselho de Redação da revista Brasil Socialista.

Após a anistia retorna ao Brasil onde imediatamente se engaja no processo de formação do Partido dos Trabalhadores, do qual é um de seus fundadores. Foi por várias vezes eleito membro do Diretório Regional do PT em São Paulo, tendo sido inclusive por dois anos membro de sua Comissão Executiva.

Voltou a dar aulas na USP. No ano passado trabalhou em sua tese de doutoramento — que será brevemente publicada pela Paz e Terra — onde analisa em profundidade e de forma original os movimentos sociais no Brasil. Ultimamente, Eder Sader ocupava o cargo de presidente da Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo (ASESP) e era membro do Conselho de Redação da revista Teoria e Debate, onde publicou seu último trabalho: uma resenha sobre o livro "Memórias de um Revolucionário", de Vitor Serge.

Eder Sader morreu vítima da AIDS que contraiu ao receber uma transfusão de sangue há 4 anos. Que sua vida seja um exemplo para nós. E que sua morte sirva como um grito de denúncia contra os bancos de sangue e o sistema de saúde do país que tem vitimado tantos valorosos companheiros.

Tanta energia vai dar curto

Há mais de dez anos que os atingidos pelas barragens na bacia do rio Uruguai estão organizados junto à Comissão dos Atingidos pelas Barragens (CRAB). Há pouco tempo, conseguimos cópias do plano 2.010 do setor energético que nos deixou alarmados com as estimativas previstas, pois, pelo cronograma, até o ano 2.010 serão construídas no país mais de 100 barragens, que provocarão o desalojamento de milhares de famílias, agravando ainda mais os conflitos no campo.

Entendemos que a energia é necessária na vida de cada brasileiro, porém sabemos que hoje o potencial energético supera esta necessidade, ficando parte da energia produzida em estando ocioso.

Em março realizamos a 3.ª assembleia geral da CRAB para discutir esta situação e resolvemos criar uma Comissão Nacional de Atingidos por Barragens com o objetivo de unificar as lutas para garantir nossa permanência na terra e propor alternativas de como se obter energia elétrica.

Neste sentido, gostaríamos de ampliar os contatos com regiões atingidas ou pessoas que possam contribuir para a concretização desta Comissão Nacional. CRAB: Rua Aratiba, 318 - Cx. Postal 372 - CEP 99700 - Erechim/RS - fone (054) 321.2700

Ademir Fávero

A Conam na pauta do PT

Petistas do movimento popular estiveram reunidos em plenária convocada pelo Secretaria Nacional de Movimentos Populares, para tomar posição diante da Confederação das Associações de Moradores (Conam), que realiza seu 4.º Congresso em janeiro de 1989.

A plenária, marcada para Belo Horizonte, nos dias 3, 4 e 5 de junho próximos, deverá aprovar uma proposta em relação à Conam, para ser submetida à Comissão Executiva e ao Diretório Nacional do PT.

Até chegar à plenária, os petistas de movimentos de moradia, transportes, creches, do movimento de mulheres, negros, ecologia, entre outros, deverão ter discutido em seus Estados uma pauta que vai desde o caráter do movimento

popular e sua definição até as eleições de 1988, o PT, o movimento sindical, e as relações do movimento popular com os partidos, a Igreja e o Estado.

A necessidade da discussão é evidente. Até hoje, a decisão de comparecer ou não a Congressos da Conam, de participar ou não de sua diretoria, tem sido individual ou aprovada em reuniões informais de militantes. Ao mesmo tempo, há hoje uma outra proposta, da Central de Movimentos Populares, encaminhada pela Articulação Nacional de Movimentos Populares (Anamps), majoritariamente petista e que se contrapõe à Conam. Daí a urgência de uma posição unificada do PT.

Mais uma espiã na diplomacia

De uns tempos para cá, torturadores e assassinos vinculados a órgãos de repressão em seus países têm buscado refúgio no Brasil. Não faz muito tempo, um conhecido torturador argentino dava entrevistas no Rio. Em São Paulo, notório genocida dirige empresa estatal chilena. Agora, é a vez da Guatemala mandar um torturador para o Brasil.

Seu nome: Pablo Nuila Hub.

Função: general, ex-chefe do Estado Maior do Exército da Guatemala.

Acusado: repressor do movimento popular e vinculação com esquadrões da morte.

Cargo no Brasil: Adido militar na embaixada guatemalteca no Brasil.

Não é a primeira vez que o governo da Guatemala tenta empurrar este cidadão em países da América Latina, que sempre o rejeitaram. No ano passado, o governo do Equador negou as credenciais diplomáticas a Pablo Nuila Hub.

Mas, agora, o governo Sarney, através do Itamaraty, aceitou a nomeação e o general Nuila está para chegar.

O PT repudia, com veemência, essa nomeação e pede a seus militantes que enviem telegramas a Sarney e ao Itamaraty, protestando contra a pre-

sença deste torturador no país. Já não bastam os nossos, que continuam impunes? Cartas para esta seção devem ser enviadas para: Boletim Nacional do PT, Av. 11 de Junho, 260 - CEP 04041 - São Paulo - SP. A Redação poderá resumir ou editar os textos que ultrapassarem 10 linhas.

A dissidência do PCdoB começa mal

No final de 1987 e durante os primeiros meses deste ano temos assistido ao surgimento de uma expressiva dissidência no interior do Partido Comunista do Brasil. Em alguns casos, esta dissidência tem se manifestado no abandono da luta político-partidária e, inclusive, dos ideais socialistas. Noutros casos, tem se manifestado na busca de novos caminhos, que vão desde a entrada no PT até a criação de uma nova organização.

Um dos setores dissidentes, forte principalmente em São Paulo, publicou no início de abril um documento ("Organizar o proletariado na luta pela liberdade e por um novo regime"), no qual explica o rompimento com o PCdoB e expõe seus objetivos.

No caso deles, a saída do PCdoB se deu de forma positiva, na medida em que mantém a luta pelo socialismo e a compreensão da necessidade da organização partidária. Contudo, a leitura do texto mostra que eles ainda conservam inalterados certos pontos de vista. Por exemplo, ao decidirem se constituir numa

Organização Marxista Leninista, que luta pela construção de um Partido Marxista Leninista, repetem a trajetória de outras dissidências, que, ao invés de se incorporarem à construção do PT como partido estratégico, sustentam uma posição exclusivista e doutrinária.

Ao dizerem que "não se viu e o que se vê é a completa submissão das organizações e partidos ditos de esquerda à burguesia", estes dissidentes do PCdoB dirigem um ataque gratuito e despropositado ao PT. Que se completa com a idéia de que, na votação do sistema de governo, nosso partido "apoiou efetivamente Sarney". Apesar disso, a leitura atenta do documento da "Organização" mostra que eles podem superar com maior profundidade seu passado recente.

Os petistas têm papel fundamental nisso, devendo auxiliar os companheiros a compreenderem a importância que sua incorporação — em caráter individual — ao PT tem na construção de uma alternativa democrática e popular no Brasil.

Valter Pomar

Boletim Nacional, revista Teoria & Debate e você, um trio bem informado.

Receba regularmente as duas publicações.

Basta fazer a sua assinatura, enviando este cupom juntamente com um cheque nominal ao Partido dos Trabalhadores — Av. 11 de Junho, 260, CEP 04041, São Paulo/SP.

Name
Enderço
CEP Cidade Estado

Boletim Nacional Cz\$ 400,00 Teoria & Debate Cz\$ 900,00

DIRETÓRIOS

Pacotes de 50, 100, 150, 200 exemplares do Boletim Nacional a Cz\$ 30,00 a unidade.

Nome
Diretório fone
Enderço
CEP Cidade Estado



Órgão da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores Av. 11 de Junho, 260, CEP 04041, São Paulo/SP - fone 514.2796
Coordenador de Imprensa: Rui Balote
Redatores e repórteres: Cícero Araújo, Marisa Lúcena

Colaboradores: Cláudia Akie Mizu, Davi Capistrano Filho, Flávia Ferreira, Jorge Rodrigues da Silva, Forestan Fernandes, Hélio Silva Júnior, Luis Eduardo Cippenhagh, Maurício Segal, Sônia Suster, Sue e Char Ferreira, Vladimir Pernas
Charge: Oscar
Ilustrações: extraídas do livro "Contra o Plantio" de Carlos Drummond de Andrade
Alegorização: Carmen Machado Furt
Composição: Estúdios e Impressões DGI
Diagrama: 15 mil exemplares

Marcado para morrer

Candidato a prefeito de Santa Luzia (MA), o petista Vilanova já sofreu dois atentados e não pode fazer campanha na cidade por causa das ameaças dos jagunços.

Para escapar das mãos de pistoleiros, após sofrer o segundo atentado, Luis Soares Filho, candidato do PT a prefeito de Santa Luzia, no Maranhão, veio para São Paulo, às escondidas, no dia 10 de abril. Lavrador de 42 anos, mais conhecido como Vilanova, ele foi dirigente sindical dos trabalhadores rurais do Piauí e do Maranhão e presidente do Diretório Regional do PT/MA.

Vilanova veio denunciar o clima de terror causado por um grupo de pistoleiros comandados pelo empresário Fernando Brasileiro, administrador de uma das maiores fazendas do Vale do Pindaré, a Fazenda União.

Os conflitos de terra tiveram início naquela região em 1975 com a chegada de grandes grupos econômicos atraídos pelo então governador José Sarney. Apesar de na época haver uma lei impedindo a compra de mais de 3 mil hectares pelo mesmo dono, empresas como União e Caci que compraram para suas fazendas mais de 50 km² de terra cada uma.

Em novembro de 1985,

conta Vilanova, quando os trabalhadores cansaram de esperar pela Reforma Agrária do Sarney, eles resolveram "ajudar o presidente". Ajudar significava ocupar a terra e aguardar nela a desapropriação e o assentamento.

A primeira ocupação se deu na Fazenda Capoema, de José Rico, secretário do governo José Richa, no Paraná. Houve um confronto com os pistoleiros e dois trabalhadores foram mortos.

Em julho de 1987 correu pela região a notícia de que haveria uma reunião com representantes do Incra em Sagrima, município de Santa Luzia. Ali Vilanova sofreu o primeiro atentado: "An invés do pessoal do Incra, apareceu uma camionete D20 com 6 pistoleiros e o próprio Fernando Brasileiro. Eles vieram na minha direção e fizeram atirando por cima da cabine da camionete; em mim e em três companheiros que estavam junto. Nós rolamos pelo chão. Os seguranças que os trabalhadores trouxeram para garantir a realização da reunião também atiraram. Os pistoleiros

recuaram, mas nós ficamos ilhados no povoado, com medo de que eles voltassem com reforço. Cinco dias depois, o então ministro da Reforma Agrária, Marcos Freire, apareceu no povoado. Ele garantiu que a polícia ficaria na área para nos dar segurança até que as terras fossem desapropriadas".

Os trabalhadores se desmobilizaram, mas os pistoleiros continuaram armados. Quatro dias após a visita de Marcos Freire, a polícia saiu da área. As terras não foram desapropriadas. Os pistoleiros espalharam pelos municípios da região uma lista com os nomes de 36 trabalhadores que seriam assassinados. De julho a agosto de 1987 nove trabalhadores foram mortos pelos pistoleiros, dois deles dentro do hospital.

Vilanova também denuncia a corrupção policial: "A gente chega a confundir pistoleiro e policial. O próprio delegado Silveira é ligado aos pistoleiros. Ele compra terra grilada do pistoleiro Deudeute. Certa vez, o coronel Perdigão, delegado regional de todo o Pindaré, chegou à



Luis Vilanova: os trabalhadores ocupam a terra do campo "para ajudar a reforma do Presidente".

nossa área com o Fernando Brasileiro. Mandou chamar as lideranças dos trabalhadores para provar que as terras de conflitos eram de Fernando Brasileiro. Aproveitei a oportunidade para fazer a denúncia de que Deudeute, a mando de Fernando Brasileiro, havia assassinado sete homens e enterrado todos na mesma vala. Quando pedi uma cópia da declaração para tomar providências caso o coronel não fizesse nada, ele criou uma confusão, rasgou a cópia e saiu de soco da delegacia com o Fernando Brasileiro."

Prevendo o acirramento dos conflitos, no inicio deste ano, o governador Epitácio Cafeteira entrou com ação na Justiça pedindo a anulação dos títulos de terra da Fazenda União, alegando ilegalidade na compra. Os trabalhadores marcaram então para o dia 10 de abril uma manifestação de apoio à medida tomada pelo governador.

Doze dias antes da manifestação, Vilanova foi procurado por dois homens, um se dizia gerente da União e da Mapisa, outro, ele soube mais tarde, era delegado da UDR. Eles pediram para que a manifestação não se realizasse: "Deixe esse caso ser resolvido pelo governo e pelos

fazendeiros". Vilanova respondeu que as ameaças não impediriam a manifestação.

Na noite de 3 de abril, Vilanova recebeu a informação de que sua morte estava decidida. Aconselhado pelos companheiros a vir para São Paulo, ele avisou a esposa para desamarrar as redes e calçar as crianças. "Quando entrava no jipe, dois homens já estavam bem perto do carro e foram atirando. Conseguí pular para o quintal do vizinho e fugir".

A notícia correu pelo povoado e na mesma noite, com a ajuda de seus companheiros, Vilanova conseguiu chegar a um lugar chamado Segundinho. Lá havia uma festa, durante uma briga dois pistoleiros ficaram feridos e um famoso pistoleiro chamado Goiano foi morto.

A polícia local não só ignorou o atentado sofrido por Vilanova como tentou envolvê-lo na morte do pistoleiro. "Eles me acusaram de ter criado o clima para a briga e eu nem apareci nessa festa, estava mesmo preocupado era em fugir."

Vilanova voltou para Santa Luzia para atender à intimação do delegado local a depor, mas confessou que voltava com medo.

Marisa Lourenço

Boletim Nacional, revista Teoria & Debate e você: um trio bem informado.

O Boletim Nacional está entrando nos eixos. A edição de abril, de n.º 34, saiu no prazo, e foi postada com rapidez. A de maio também.

O cadastro de assinantes está regularizado, e estamos enviando os pacotes de exemplares avulsos assim que o pedido nos chega às mãos.

Acertamos o passo e queremos agora crescer. Queremos atingir mais e mais militantes do PT em todo o país. Nós precisamos aumentar muito o número de assinantes do Boletim Nacional.

É fundamental nesse momento a sua participação. Escreva ou telefone, comunicando suas sugestões e críticas sobre o Boletim. Diga-nos, também, sua opinião a respeito de como deveremos fazer para transformar o leitor ocasional, que compra exemplares avulsos em seu diretório em assinante regular.

Envie-nos suas idéias sobre como aumentar a divulgação e as vendas de assinaturas do Boletim Nacional. Contamos com você.

P.S.: Estamos unificando as vendas de assinaturas e exemplares da revista Teoria e Debate, editada pelo Diretório Regional de São Paulo. Aproveite a oportunidade e assine também a revista.